

À margem da BR 448

CadernoJU As histórias de pessoas que tiveram suas vidas transformadas pela construção da Rodovia do Parque, como os pescadores da Praia de Paquetá, em Canoas



EXPURGOS

Vítimas da intolerância

Há 50 anos, a instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), em maio de 1964, criou um clima de caça às bruxas na UFRGS. Instaurada para remover os “elementos subversivos” das instituições de ensino superior, a CEIS cassou 17 professores. Em 1969, já com o AI-5 em vigor, mais 20 docentes seriam afastados, dessa vez sem a necessidade de um simulacro de tribunal. O JU ouviu os relatos de alguns dos atingidos por essas medidas arbitrárias, resgatando histórias de perseguição e suas consequências. **P7**

IGUALDADE

Em defesa das mulheres

Apesar de não ser novidade, o feminismo ainda enfrenta ridicularizações. Enquanto isso, mulheres continuam sendo violentadas e espancadas no mundo inteiro e os governos permanecem morosos em desenvolver políticas de igualdade. Tais questões são abordadas pela jornalista espanhola Nuria Varela, entrevistada do JU deste mês. Além de ressaltar a urgência da luta contra a violência de gênero, a ativista resgata parte da história do movimento feminista internacional. **P9**

REFUGIADOS

Brasil intensifica acolhimento

Nas últimas décadas, o país tem adotado uma postura receptiva para com as vítimas de regimes totalitários, perseguição religiosa, discriminação de gênero ou desastres naturais. Iniciativas no âmbito governamental, e também na sociedade civil, têm buscado facilitar a inclusão desses refugiados que chegam ao Brasil sem condições de subsistência. Na Universidade, o apoio a essas pessoas é oferecido pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados do Serviço de Assessoria Jurídica (SAJU) da Faculdade de Direito. **P5**

CIÊNCIA

O valor da colaboração internacional em projetos de pesquisa

P11

Inédito

Há 102 anos, a capital assistia à primeira ópera do RS **P13**

Crise na Venezuela

Escassez de alimentos na terra do petróleo abundante **P4**



UCRÂNIA

Disputa gera clima de Guerra Fria

P10



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Governança para o desenvolvimento acadêmico

A instituição do conhecimento e do saber avança pela qualidade do trabalho das pessoas que dela fazem parte. Criatividade, motivação e dedicação são elementos essenciais ao sucesso individual; já a capacidade de organização e gestão é importante para ordenar e modernizar o projeto institucional. Assim, a governança também impacta o sucesso acadêmico de uma universidade.

Investindo há muitos anos na qualificação da gestão acadêmica e institucional, a UFRGS foi pioneira ao informatizar os processos de concessão de bolsas e auxílios, bem como o registro de projetos. Possuímos também um dos mais avançados e eficientes sistemas de matrícula para a graduação, capaz de atender quase 30 mil estudantes nos dois períodos letivos anuais. Recentemente, a gestão por

processos foi implementada para a melhoria da governança.

Com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento à comunidade universitária, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, com a parceria do Centro de Processamento de Dados e a assessoria de especialistas da Escola de Administração, vem lançando novas ferramentas para transferência de rotinas para o meio eletrônico. Garantindo maior agilidade e economicidade na prestação dos serviços já existentes, a prática atual é implantar novos processos preferencialmente em meio digital. Atualmente, questões como afastamento no país e para o exterior, substituição temporária em cargos, avaliações de desempenho, marcação de férias e de perícias, para citar apenas alguns exemplos, são feitas exclusivamente por meio digital.

Assim, mais de dez mil processos eletrônicos/ano têm deixado de consumir papel. Com mais segurança e eficiência, além de menor tempo de tramitação, reduzimos custos e aperfeiçoamos as rotinas de trabalho.

Já o Escritório de Processos, criado junto à Pró-reitoria de Planejamento, tem investido na integração e na atualização dos procedimentos de contratação e de compras. O resultado esperado é a racionalização e a melhor gestão dos custos da Universidade, com impacto direto na sustentabilidade financeira e na capacidade de investimento institucional.

Melhor governança resulta em melhores condições de trabalho como alicerce para o desenvolvimento acadêmico. Promove avanços institucionais da universidade que educa e transforma indivíduos e a própria sociedade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Américo Corrêa Cezar

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor), Gustavo Diehl e Ramon Moser

Revisão Ana Santos e Felipe Raskin Cardon

Bolsista Murilo Zardo (Jornalismo)

Circulação Vanessa Gastal Fernandes

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

jornaldauniversidade

A UFRGS sobre Rodas

A Divisão de Esportes da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) está organizando a segunda edição do passeio ciclístico da Universidade. A atividade que será realizada no dia 27 – o último domingo deste mês – é aberta a estudantes, professores e técnicos administrativos. A saída está marcada para às

10h, defronte ao prédio da Rádio da UFRGS, no Câmpus Centro. Os interessados em participar devem se inscrever até o dia 22 de abril, na sede da PRAE, situada no Anexo III da reitoria, ou pelo e-mail sae@sae.ufrgs.br. Mais informações pelos telefones 3308-3240 e 3308-5757.

Artigo

Laboratório amplia relações Universidade-Escola

No último dia 20 de março, na sala 101 da Faculdade de Educação, concretizamos um sonho cultivado em parcerias internas e externas, por meio do lançamento do Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE). Tal iniciativa surge de ações conjuntas entre professores da área de Ensino de História do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação, da disciplina de História do Departamento de Humanidades do Colégio de Aplicação, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, articulando-se em parcerias específicas também com o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-reitoria de Extensão, e do Departamento de Música do Instituto de Artes, além de algumas secretarias municipais de educação do Rio Grande do Sul.

Originalmente registrado como programa de extensão, o Laboratório objetiva o diálogo entre a Universidade e a Escola, num processo de mútua aprendizagem. Tal processo procurará trabalhar no sentido do refinamento da produção do conhecimento e das práticas pedagógicas na área do ensino de História, por meio de ações que aliem ensino, pesquisa e extensão. Embora tivés-

semos diversas iniciativas voltadas ao ensino de História na UFRGS, faltava um espaço que as congregasse.

Mas que espaço é esse? O LHISTE deve consolidar-se como um centro de referência para o ensino de História na Universidade, constituindo-se enquanto espaço virtual com sítio próprio na internet e, ao mesmo tempo, enquanto estrutura física localizada no Colégio de Aplicação, unidade específica de educação básica concebida como centro de investigação educacional. A meta é disponibilizar e produzir, em fluxo contínuo, um acervo qualificado de materiais didáticos diversos, publicações, assessorias, cursos e outras ações capazes de expressar o que sejam as especificidades do ensino de História em nossa instituição. O Laboratório tem por princípio a valorização da licenciatura e a aposta na potencialização e no compartilhamento de boas experiências construídas nas trajetórias de formação inicial e continuada dos professores de História e de Pedagogia. Deseja ainda ser uma referência interna, como espaço de integração interdepartamental, bem como externa, enquanto lugar de parcerias com as redes de ensino público do entorno da Universidade. As bases para a ampliação

das relações Universidade-Escola, através do LHISTE são: produção, divulgação e disponibilização de acervo com materiais pedagógicos na área do ensino de História na educação básica, tais como jogos, vídeos, objetos de aprendizagem, planejamentos, livros didáticos e paradidáticos, ações educativas em geral; formação de banco de dados de ações educativas para o ensino de História na educação básica, por meio de sítio próprio na internet (www.ufrgs.br/lhiste) com divulgação de boas práticas pedagógicas, assim como de eventos na área; revista eletrônica para publicação de artigos da área do ensino de História (<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste>); ações de extensão voltadas para a formação continuada de professores e licenciandos dos cursos de História e de Pedagogia; e formação de grupos de pesquisa na área do ensino de História.

Ainda como ação vinculada ao LHISTE, realizou-se o curso de aperfeiçoamento “Jogos e ensino de História” (www.ufrgs.br/ensinodehistoria). Encontra-se em andamento o curso de extensão “Encontros com o Ensino de História na UFRGS” (<http://encontroscomensinodehistoria.blogspot.com.br>).

Igualmente em projeção, está a consecução de uma parceria com o DEDS e com

professores do Departamento de Música, voltada para a formação docente e a elaboração de materiais pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais a partir dos seguintes eixos: a) formação docente para a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; b) produção de materiais didático-pedagógicos; c) sistematização e publicação de resultados e d) formação de educadores populares, com vistas à democratização do acesso ao ensino superior. O público-alvo são os estudantes de licenciaturas, técnicos e docentes da UFRGS, bem como educadores da rede de educação básica do município de Palmares do Sul.

O Laboratório inova ao construir coletivos interdepartamentais no interior da Universidade, reduzindo possíveis distanciamentos e avança, igualmente, na medida em que tais parcerias internas objetivam o desenvolvimento de diálogos entre Universidade e Escola, evitando processos endógenos e cumprindo com as funções sociais de uma instituição pública de Educação Superior. Vida longa ao LHISTE!

Carla Beatriz Meinerz
Coordenação do LHISTE - UFRGS

► Redação Jacira Cabral da Silveira | Colaborou: Samantha Klein | Sugestões de matérias para esta página podem ser enviadas pelo e-mail jornal@ufrgs.br

Ornitorrinçar na Faced

Professorzinho (substantivo masculino): profissional que nem chega a entrar em sala de aula e já deseja dela sair. Verbetes críticos como este foram escritos por estudantes de diferentes licenciaturas da UFRGS, que participaram da elaboração e publicação do *Dicionário Raciocinado das Licenciaturas*, lançado no final de 2013 sob a coordenação de Luciano Bedin da Costa, professor do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação.

Disponível na versão impressa e digital (www.ufrgs.br/dicionario-daslicenciaturas) a publicação conta com 52 verbetes que ilustram os discursos dos alunos de licenciatura da Universidade, especialmente daqueles que frequentam disciplinas da Faced. A ideia de elaborar o Dicionário surgiu à medida que o professor percebeu o potencial literário dos textos produzidos por seus estudantes quando buscavam responder à questão: “Como você enxerga a Faced?”. Segundo Luciano, “o objetivo inicial era estudar os discursos desses alunos sobre a Faculdade de Educação”, mas a iniciativa também está relacionada à tentativa de repensar a forma preconceituosa com que muitos se referem à Faced.

Essa reflexão foi inspirada na pesquisa *Estudos de Zona: territorialidades, biografemas e discursos em licenciatura*, igualmente coordenada pelo professor. Atualmente, integram o grupo de pesquisa sete estudantes das licenciaturas de Artes Visuais, Matemática, Letras, Geografia e Informática da Educação. As ilustrações do ornitorrinco pre-



Luciano Bedin da Costa (e) coordena o grupo de alunos de licenciatura que elaborou a publicação

sentes no Dicionário foram criadas pela estudante de licenciatura em Artes Visuais, Tiele Marie Bertol. Luciano explica que a escolha da figura do ornitorrinco para caracterizar o trabalho está associada à multiplicidade de ‘visões de mundo’ dos grupos de alunos das diferentes licenciaturas que frequentam a Faculdade.

Exercício de compreensão – A metáfora do ornitorrinco associado ao cotidiano da Faced é vastamente abordada no Tomo I da publicação. Na página 30, por exemplo, a licencianda em Letras Lorena

Mansanari Saibel define *ornitorrinçar*: “[...] 2. Verbo utilizado pelos corredores, escadas, banheiros e salas de aula no intento de definir algumas ações nesses ambientes. ‘Saí meio incomodada daquela aula, a professora falou uma coisa que... sei lá, me ornitorrinçou, sabe?!’. ‘A gente acha que não, mas tem muita gente ornitorrinçada por aí depois das aulas. 3. Estranhar (-se), afetar (-se), quebrar (-se), ferir (-se)’.

Se parece estranho esse verbo, vale conferir os demais: alguns mais hilários, outros mais poéticos, mas todos fruto de um exercício de compreensão do que acontece na Faced.

Editada em três tomos, a edição impressa da obra foi distribuída entre os docentes da Faced e os alunos que cursaram as disciplinas de Psicologia da Educação, ministradas por Luciano.

Pelas estimativas do professor, até o final de 2014, a versão online terá reunido mais 150 verbetes inéditos, por conta do material produzido pelos novos alunos. As ilustrações de Tiele foram selecionadas para o 22.º Salão Internacional de Desenho para Imprensa, aberto à visitação até o dia 27 deste mês, na Galeria dos Arcos da Usina do Gasômetro.



Sebastião Salgado

Exílio sem mágoa

Reconhecido mundialmente como fotógrafo das mazelas humanas e da natureza, Sebastião Salgado prefere não ter rótulos. Ele ministrou a Aula Magna que abriu as atividades deste semestre na UFRGS, mostrando que é um homem do mundo, mas tampouco esquece as raízes com a terra mineira, onde nasceu. Além de discorrer sobre os oito anos de captação de imagens em diversos países, que resultaram na exposição *Genesis*, Salgado falou da trajetória que o levou a conceber o trabalho social impresso em suas fotografias.

Na juventude, militava em movimentos de resistência à ditadura, motivo pelo qual teve de deixar o Brasil após o golpe de 1964, estabelecendo-se em Paris, com a esposa Lélia. Apesar da necessidade de migrar para fugir da repressão, não guarda rancor daquela época. O exílio transformou-se em oportunidade de descobrir a vocação atrás da objetiva: “Até poderia ter ingressado com um processo contra a União, mas as oportunidades que tive foram tão compensadoras que me levaram a uma modificação de vida e de trabalho”.

As quase duas horas da palestra de Sebastião estão disponíveis na íntegra no Lume - Repositório Digital da Universidade através do link <http://hdl.handle.net/10183/88633> e no Youtube. A exposição *Genesis* poderá ser visitada no pátio do Câmpus Centro, em frente ao prédio da Faculdade de Educação, e na Usina do Gasômetro, até 12 de maio.

Vestibular 2015

Leituras obrigatórias

A Comissão Permanente de Seleção (Coperse), órgão responsável pela elaboração e aplicação das provas do Vestibular da UFRGS, divulgou a lista das leituras obrigatórias para a seleção do próximo ano. Entre as quatro novas obras, da relação que inclui doze autores, uma inovação: pela primeira vez, os candidatos terão de fazer a “leitura” de uma obra sonora, o álbum *Tropicália* ou *Panis et Circenses*, marco do movimento musical que alçou Cateano Veloso,

Gilberto Gil, Os Mutantes e outros então jovens compositores à condição de vanguarda da música popular brasileira. Os demais autores selecionados foram: a escritora portuguesa Lídia Jorge, com a obra *A noite das mulheres cantoras*; e os autores gaúchos, Tabajara Ruas, com o livro *O amor de Pedro por João*; e Sérgio Faraco, com o livro de contos *Dançar tango em Porto Alegre*. A lista completa das leituras pode ser acessada pelo endereço www.ufrgs.br/coperse/.

Greve

Por uma data base

Iniciou em 17 de março a greve dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Embora a adesão na UFRGS não tenha sido total, alguns setores precisaram remanejar aqueles que decidiram permanecer trabalhando, na tentativa de dar prosseguimento às rotinas acadêmicas. De acordo com a coordenadora da Associação dos Servidores da UFRGS (Assufgrs), Bernadete Menezes, uma das questões que levou à greve foi o fato de a categoria não ter

uma data base para negociação anual do reajuste de salário. Na avaliação da coordenadora, os trabalhadores das IFES têm o menor piso salarial do Poder Executivo brasileiro, embora seja a categoria mais qualificada. Ao receber representantes da Assufgrs no início do movimento, o reitor Carlos Alexandre Netto salientou o papel importante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) na interlocução com o Ministério da Educação.



Pesquisa em Pauta

Imposto no Brasil: vale o que se paga?

Muito se ouve falar que o Brasil é o país com a maior carga tributária do mundo. Os impostos pagos aqui de fato são altos, mas haveria como eles serem mais baixos? Para responder a essa e a outras perguntas, o programa Multiponto entrevistou pesquisadores, professores e profissionais que estudam o tema.

Segundo a professora de Economia da UFRGS, Rosa Chieza, a forma como o sistema tributário brasileiro está estruturado contribui para concentrar riquezas, piorando a distribuição de renda no país. “A maior parte do que a União, os estados e os municípios arrecada recai sobre tributos indiretos, que são aqueles que incidem sobre o consumo, ou seja, o trabalhador que recebe até dois salários mínimos praticamente gasta toda a sua renda em consumo”, critica.

A opinião é compartilhada por Dão Real dos Santos, representante do Instituto de Justiça Fiscal, para quem seria necessária uma reforma tributária no país, para que pudesse haver igualdade. “O problema é questionar quem define a política tributária. Temos uma situação em que a política é fortemente influenciada pelos setores que se beneficiam desse sistema. Não há forma de mudar essa realidade sem dar poder à base social que está do outro lado”, argumenta.

A educação fiscal seria uma das maneiras de dar esse poder à população, pois ajudaria a entender como funciona a política tributária brasileira. Ao defender esta ideia, o professor de Ciências Contábeis da PUCRS, Marcelo Pohlmann acredita que o cerne da questão está na implementação de uma educação mais eficiente na base escolar. “Quando o jovem está estudando é o momento de ele entender o que é o tributo. É mais fácil modificar um sistema quando todos têm um cumprimento voluntário da norma. O país que tem uma cultura do cumprimento voluntário da norma não gasta tanto em mecanismos de controle, criados justamente para forçar a aplicação da lei”.

Jennifer Dutra, *aluna do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

O programa Multiponto será exibido no dia 17 de abril, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA, e disponibilizado no canal da UFRGS TV no YouTube.



Venezuela diante de uma encruzilhada histórica

Carla Ferreira*

Passado um ano do falecimento de Hugo Chávez, a crise venezuelana ganhou novos contornos sem que seja possível vislumbrar uma saída de curto prazo. Como manifestação prolongada do conflito entre os que defendem o governo bolivariano e aqueles que se lhe opõem, a última expressão da crise foi a tentativa do setor oposicionista de extrema-direita de retomar a ofensiva política perdida no golpe de estado de 2003. Assim, desde 12 de fevereiro até meados de março, a Venezuela viveu o caos das chamadas “guarimbas”, manifestações de rua violentas acompanhadas de bloqueios de vias com fogueiras ou automóveis, com a finalidade de paralisar as atividades do país, gerando uma situação de ingovernabilidade.

Com um saldo de 30 mortos até o último dia 13 de março, as causas das mortes estão sob investigação criminal, embora sempre relacionadas ao contexto das “guarimbas”. Chama a atenção a cobertura da mídia corporativa nacional e internacional, que se refere a essas perdas humanas como causadas unicamente pela violência das forças policiais subordinadas ao governo nacional.

A dinâmica da relação entre governo e oposição gera um ambiente de instabilidade que solapa as bases sociais de ambos os lados, diante do descontentamento geral com a demora na normalização da vida cotidiana. Se há um ano não se verificava desabastecimento de bens de consumo, atualmente cerca de 30% da cesta básica encontra-se indisponível no mercado regular. Uma das causas do problema é a crescente desarticulação de políticas de distribuição direta desses bens em uma rede de mercados públicos populares. Esses pontos de distribuição deixaram de existir depois de o governo ceder a pressões da burguesia que especula com produtos dessa natureza no mercado paralelo, solapando a economia doméstica dos mais pobres. Por outro lado, os atos brutais praticados junto às “guarimbas” geraram um amplo rechaço social, inclusive entre os oposicionistas. Na Venezuela, portanto, a tentativa de influenciar as massas por parte de setores ultraconservadores esbarrou em uma rejeição generalizada do conjunto da sociedade, a diferença do risco visível de êxito dessa estratégia em outras latitudes do planeta.

A ineficiência do governo no combate à especulação com produtos básicos e a violência em torno das “guarimbas” ataca seriamente o apoio de Maduro entre os chavistas. A prisão preventiva do líder oposicionista de extrema-direita Leopoldo López mostrou ao país que há limites para os abusos praticados nas ruas. O fato foi apresentado ao Brasil e ao mundo pela grande imprensa como uma prisão política sem outro fundamento que não uma predisposição autoritária do governo Maduro. Porém, em entrevista à rede CNN, a esposa de López disse que seu marido se entregou à prisão preventiva decretada por haver recebido informações de que seria morto pela própria oposição, que pretendia criar um mártir útil para uma nova ofensiva. Só assim compreende-se a cena inusitada de López sendo escoltado pelo próprio presidente da Assembleia Nacional, o chavista Diosdado Cabello.

De outra parte, a quebra da imunidade parlamentar da deputada da Assembleia Nacional Maria Corina Machado contradita a estratégia chavista de construção de uma hegemonia por meio de uma institucionalidade que se demonstra curta para dar conta das formas e dimensões assumidas pelo conflito, quando a liderança da oposição é exercida pelos setores mais radicais da direita. Maria Corina é filha de Enrique Zuloaga, empresário do ramo siderúrgico pertencente à oligarquia venezuelana, e assinou a ata da reunião que decretou o derrocamento de todos os poderes constitucionais quando do golpe de estado

de 2002. Ela também foi recebida por George Bush na Casa Branca, em maio de 2005. Deverá ser processada por violar o artigo 132 do Código Penal, que prevê prisão de oito a dezesseis anos por conspirar contra a forma política republicana ou solicitar intervenção estrangeira nos assuntos de política interna.

Diante dos acontecimentos do último mês, aprofunda-se o enfraquecimento da legitimidade das forças políticas que deveriam representar as classes em conflito, o que inviabiliza o respeito a qualquer acordo alcançado em mesa de negociação. Essa dinâmica expressa-se em ataques violentos da oposição que são respondidos por chamados à pacificação feitos pelo governo, sendo que, nem a oposição obtém a derrubada do regime, nem o governo logra a paz. Tal impasse mantém-se ainda pela atual conjuntura internacional, uma vez que os interesses das nações importadoras de petróleo se voltam para a Venezuela desde que o país se tornou proprietário da maior reserva de petróleo do mundo, ultrapassando a Arábia Saudita. Esse fato, somado ao risco de escassez do combustível por causa da crise na Ucrânia, anima a oposição a enxergar como factível uma intervenção internacional em seu favor.

O contexto regional, no qual cresce o poder das frações agroexportadora e financeira enquanto setores hegemônicos das economias latino-americanas, tampouco favorece uma solução para a crise. Sob a divisão internacional do trabalho imperante, o predomínio desses setores em uma conjuntura de crise econômica mundial prolongada confere um espaço reduzido de manobra aos diferentes governos para novas concessões aos trabalhadores e à juventude que ocupam as ruas reivindicando ampliação de direitos e serviços. Daí a abertura de uma conjuntura continental propícia a uma conflitividade crescente e uma tendência de giro conservador dos governos aliados a Caracas. Será um período decisivo para testar a utilidade de iniciativas como a Unasur.

De qualquer forma, a Venezuela segue representando o polo mais avançado das conquistas sociais e democráticas na região, na medida em que os pilares do regime bolivariano mantêm-se de pé, embora suspenso em uma prolongada expectativa sobre o futuro nessa

encruzilhada da história. O regime bolivariano consiste, em primeiro lugar, na implantação de uma redivisão da renda petroleira em benefício de políticas sociais e de infraestrutura, rompendo com a tradição de todo o século XX, no qual a renda foi concentrada nas mãos da burguesia interna e internacional, especialmente estadunidense. Nesse sentido, o processo bolivariano não introduziu até o momento um novo *padrão de reprodução do capital* capaz de superar o rentismo, a exclusividade do petróleo no produto nacional, diversificando e desenvolvendo as forças produtivas sociais e impondo um “ciclo virtuoso”. Menos ainda promoveu mudanças que, à raiz de uma ruptura com qualquer padrão do capital, alterassem de forma significativa as *relações de produção*, com medidas socializantes e superadoras das relações capitalistas. Isso somente seria possível mediante uma solução para o tema do poder direto dos trabalhadores sobre a esfera da produção e do conjunto da vida social em um processo de transformação para além das fronteiras nacionais.

O mercado e o capitalismo de estado seguem pujantes na Venezuela. Mas a alteração na distribuição da renda representou uma mudança substantiva na correlação entre as forças sociais do país e inaugurou um regime político que contraria antigos privilégios, alicerçado no princípio da soberania nacional. O capitalismo dependente petroleiro rentista venezuelano configurou uma pequena burguesia proprietária e não-proprietária de dimensões extraordinárias. Essa “classe média” representa uma parcela significativa da população. Juntamente com a alta burguesia, é a pequena burguesia que confere caráter massivo às manifestações da oposição. Por outro lado, é o apoio das Forças Armadas Nacionais, setor dessa pequena burguesia em sua fração não-proprietária, que confere solidez ao atual regime. Na Venezuela pós-1998, desenvolveu-se uma doutrina militar de caráter anti-imperialista e cívico-militar fundamentada no princípio de *pueblo en armas*. Daí a organização de uma Quarta Força Armada conformada pelos próprios cidadãos, a *Milicia Bolivariana*.

Esse novo regime político tem outros dois pilares: uma política internacional soberana

ou independente e uma base social popular radical de massas mobilizada de forma permanente em torno da luta pelo aprofundamento da democracia econômica, política e social, genericamente chamada de Socialismo do Século XXI. A política externa bolivariana buscou reduzir a dependência estrutural do país em relação ao mercado consumidor estadunidense de petróleo. Medidas estratégicas, como a diversificação dos parceiros comerciais em direção à Ásia, possibilitaram uma diplomacia independente que se opõe abertamente às guerras promovidas pelos EUA no Iraque, no Afeganistão e na Líbia. Assim, o alcance político do regime bolivariano não se restringe a ferir interesses de setores da burguesia venezuelana, fere o conjunto do regime vigente em escala mundial. Isso explica a ferocidade da resposta das estruturas internacionais de poder contra o processo venezuelano, mediante a construção de uma visão demonizada do governo e dos chavistas que perpassa as redes sociais, instituições internacionais e a grande mídia.

Porém, essa mudança de regime não teria sido possível sem uma mobilização de massas permanente em torno de reivindicações democratizantes. A mobilização de grandes contingentes da população mais pobre do país foi batizada pela oposição com o nome de *chavismo*, palavra que se referia de forma pejorativa à *chuzma* que queria agora participar da política e dos rumos do país e cujo significado foi subvertido pelo uso positivo entre os setores populares. Rebelados contra a situação de precariedade da vida nas grandes cidades, os venezuelanos pobres encontraram uma saída institucional por onde canalizar o seu descontentamento, em aliança com os militares bolivarianos: a construção de uma alternativa política sob a liderança de Hugo Chávez. Essa aliança viabilizou uma nova repartição da renda petroleira em benefício dos mais necessitados e conquistou outras medidas de caráter popular que conformam o coração do chavismo e do regime bolivariano. É contra ele que, no fundo, levanta-se a oposição venezuelana. Seu alvo imediato, o governo Nicolás Maduro.

*Doutora em História pelo PPGHIST / UFRGS



Manifestantes pró e contra o governo de Nicolás Maduro têm tomado as ruas do país, num ciclo interminável de protestos



MASTER SGT. JEREMY LOCK/US AIR FORCE/FLICKR - LICENÇA CC BY-NC 2.0

Haitianos vítimas do terremoto que atingiu o país em janeiro de 2010 hoje compõem boa parte dos refugiados que buscam no Brasil a oportunidade de reconstruírem suas vidas

Por uma nova pátria

Refugiados Estrangeiros recebem apoio institucional ao buscarem abrigo no país

Everton Cardoso

Imagine o quanto pode ser violento para um indivíduo deixar o lugar de origem e partir para outro por conta de um processo de perseguição ou motivado por uma catástrofe. Vítimas de regimes políticos totalitários, de perseguição religiosa, de discriminação de gênero ou mesmo de desastres naturais, esses refugiados deixam para trás não só seus bens materiais, mas toda a vida, a história e a identidade, ou seja, tudo que os constitui como sujeitos. No caso do Brasil, essa questão tem-se tornado ainda mais presente em razão da postura receptiva adotada pelos governos, nas últimas décadas, para com as pessoas que se viram obrigadas a fugir.

Na avaliação do professor vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito da UFRGS Fabio Morosini, além do interesse pela reflexão referente ao tema no contexto acadêmico, tem havido no país uma boa vontade em termos políticos. “Existe um sistema institucionalizado no alto escalão da política brasileira, com atuação de diversos ministérios. Isso está relacionado à

postura do atual governo em relação aos direitos humanos e tem repercussão nas políticas públicas e na sociedade civil”, analisa. Para realçar nossa postura positiva em relação ao tema, o professor cita o exemplo da Suíça: a nação europeia decidiu, por meio de plebiscito, restringir a entrada de estrangeiros em seu território, ao passo que o Brasil tem andado no sentido contrário. “Nosso país tem tentado implementar políticas internas e contribuir nas internacionais”, reforça.

Para quem chega – Entre as iniciativas da sociedade civil para facilitar a inclusão desses refugiados, que chegam ao país sem condições de subsistência e que procuram, aqui, reestabelecer suas vidas num contexto em que possam ter sua integridade moral e física mantida,

diversas estão vinculadas à Igreja Católica. De acordo com o padre João Marcos Cimadon, integrante do Centro Ítalo-Brasileiro de Apoio aos Imigrantes (Cibai), cuja sede fica na Paróquia Nossa Senhora da Pompeia, na capital, essa política adotada pela instituição remonta a 1951. “Naquele ano, a Igreja do Brasil assumiu o compromisso de acolher refugiados e desalojados em decorrência da Segunda Guerra Mundial”, conta. No Rio Grande do Sul, a iniciativa foi encampada pela PUCRS: “Um grupo de estudantes e professores acolheu mais de 12 mil imigrantes entre 1952 e 1957 dentro daquele acordo. No Brasil todo foram cerca de 50 mil”. Atualmente, o Cibai participa desse tipo de trabalho principalmente no que se refere à recepção de refugiados que chegam a Porto

Alegre desamparados. “Acolhemos, recebemos, conversamos, ajudamos no preenchimento de documentos, auxiliamos com roupas, alimentos e mesmo com estadia por alguns dias”, diz o sacerdote. E lamenta: “Eles vêm aqui, preenchem os documentos e desaparecem. Tem muitos processos que estão arquivados porque eles não fornecem endereço”. Além do trabalho desenvolvido pelo Cibai – cuja dedicação é maior a imigrantes que a refugiados –, João destaca a atuação da Associação Antonio Vieira (ASAV), ligada à ordem religiosa dos jesuítas e com um trabalho mais voltado para o reassentamento desses indivíduos no Rio Grande do Sul.

Ainda, na Universidade, esses solicitantes de refúgio podem receber apoio no Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados do Serviço de

Assessoria Jurídica (Gaire/SAJU), na Faculdade de Direito. “Prestamos assessoria jurídica nas áreas cível, penal e administrativa”, diz o estudante de Direito e participante do grupo Cassio Martins. Aos refugiados que chegam, tanto por meio de convênios advindos das redes de trabalho às quais estão integrados quanto por vias menos usuais – como o Facebook –, o grupo oferece encaminhamento de documentos, acompanhamento psicológico e orientação sobre outros aspectos de seu processo de estabelecimento no Brasil. Na avaliação da advogada Marcia Abreu, também integrante do grupo, o maior problema é esse processo ainda ser gerido, no país, pela Polícia Federal. “O medo dessas pessoas é muito grande, pois elas já vêm bastante fragilizadas, e ainda precisam passar pela polícia”, relata.

Direito integra cátedra temática

Depois da experiência acumulada pelo grupo do Serviço de Assessoria Jurídica que presta assessoria a refugiados, em Porto Alegre, a Universidade agora abriga uma nova iniciativa voltada para esse tema. É a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, um projeto vinculado ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e que pretende institucionalizar os debates relativos à situação dessas pessoas que foram obrigadas a deixar seus países natais e acabaram em Porto Alegre.

O ingresso da Universidade no projeto a alinhava com uma pauta que está, segundo o professor Fabio Morosini, em evidência. “O tema do refúgio internacional é uma questão mundial, mas nós estamos mais preocupados aqui na UFRGS com o impacto que isso tem no Brasil. Queremos sensibilizar os diversos atores”, diz o coordenador do projeto na Universidade.

De acordo com Fabio, esse é um trabalho que vem ao encontro daquele que, havia algum tempo, era encabeçado pelo também professor da UFRGS Tupinambá Pinto de Azevedo e pretende institucionalizar uma iniciativa que já ocorria de maneira mais informal. “A cátedra tem um interesse pedagógico e representa um comprometimento com atividades nos três âmbitos de atuação universitária – ensino, pesquisa e extensão”, ressalta.

Além da atuação cotidiana, a cátedra também traz à UFRGS a possibilidade de organizar eventos que discutam temas pontuais e com um público ainda mais abrangente. Fabio antecipa que ocorrerá na instituição, em setembro próximo, uma atividade preparatória para uma reunião que irá rediscutir a declaração de Cartagena de Índias. Aprovada há 30 anos em um encontro realizado na cidade colombiana, estabeleceu os primeiros

direitos para refugiados em um documento internacional. “Vamos pensar em sugestões de modificação, propondo atualizações para atender às necessidades dos refugiados”, esclarece.

O docente enfatiza que o objetivo maior da cátedra é colaborar para o aprimoramento não só das políticas referentes aos deslocados de suas nações, mas também de todo o sistema de direitos humanos em nível internacional. “Queremos pensar sobre o que podemos propor no âmbito mundial, mas da perspectiva do Brasil. Devem ser abordadas as práticas e as limitações para tornar esse projeto internacional algo concreto”, ressalta. “A dificuldade que vejo”, complementa o professor, “é de internalização dessas normas, de tornar efetivo o que as declarações estabelecem, transformá-las em políticas eficazes. A cátedra pretende capacitar para atender e concretizar esses direitos pensados internacionalmente”.



Produção inovadora

Design

Projeto fornece subsídios para que empresas ampliem sua competitividade

Everton Cardoso

“Definir diretrizes para aumentar a competitividade de empresas brasileiras desenvolvedoras de produtos por meio de intervenções no processo de design orientadas à gestão e concepção de produtos e serviços inovadores.” Assim o projeto Inovação, Competitividade e Design (ICD), proposto pelo professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Design da UFRGS Maurício Bernardes, determina seu objetivo central. Idealizado para ter como resultado principal um retorno do conhecimento aplicável à realidade de empresas, possui cinco parceiras de peso: Picadilly, Xalingo, Bettanin, Pincéis Atlas e Sanremo – as três últimas pertencentes ao Grupo Bettanin. Para se ter um ideia da dimensão que o trabalho tomou, até o final de 2013 foram arrecadados mais de R\$ 500 mil em bolsas, incentivos e patrocínios. “Pode não parecer muito, mas, se considerarmos que o Design é recente na Universidade, isso toma outra proporção”, pondera o pesquisador sobre o curso criado em 2006.

Parcerias – O projeto desenvolvido por pesquisadores e alunos da Universidade previa, durante o ano de 2013, a coleta de indicadores dentro das empresas para que se pudesse elaborar um diagnóstico. A partir de agora, esses resultados serão levados às parceiras para motivar a reorganização do desenvolvimento de novos produtos, usando o design. “Nosso trabalho é voltado à inovação”, destaca Maurício.

Na opinião do professor, a facilidade de acesso se deveu muito ao que ele chama de “vetores disseminadores” do projeto. “São



PINCÉIS ATLAS / DIVULGAÇÃO

A Pincéis Atlas é uma das cinco empresas parceiras do ICD, projeto ligado ao Programa de Pós-graduação em Design da Universidade

peças que aceitam mais a inovação e, por isso, fazem parcerias com a academia”, explana. Esse foi o caso da Pincéis Atlas, a primeira empresa a firmar convênio com o investigador vinculado à UFRGS. Foi graças à iniciativa e à atitude do diretor comercial, Marcio Atz, que a colaboração foi possível. “Sempre acreditei nos frutos dessas interações com instituições de ensino, e a alta gestão da empresa tem o mesmo posicionamento”, explica o administrador. “Vemos não só como algo potencialmente frutífero”, acrescenta, “mas necessário para o avanço do nosso conhecimento, assim como da própria academia.” Segundo o gestor, “o projeto tem grande potencial para o aperfeiçoamento de nossas metodologias de gestão do design como ferramenta para a inovação.”

Entre os envolvidos com o trabalho, estão um bolsista de iniciação científica, um graduando, cinco mestrandos, dois mestres e dois

doutorandos, o que também confere ao projeto um sentido de formação de pessoal especializado para atuar na área. Além de Maurício, estão inseridos mais cinco docentes da Universidade, quatro colaboradores das instituições parceiras do projeto – Unisinos, Ulbra e Feevale – e oito consultores ligados a entidades nacionais e estrangeiras que oferecem formação de relevância na área, como a Universidade de Lisboa, a University of California at Berkeley, a Harvard University e o Centro Brasil de Design. Maurício ressalta que, muitas vezes, o financiamento para trazer esses consultores para atividades na UFRGS é dado pelas próprias empresas, já que veem aí um investimento em sua competitividade e, também, uma forma de dar visibilidade a suas ações voltadas à inovação.

Além da estética – Na avaliação do coordenador do projeto, há, no Brasil, uma percepção equivocada

Conhecimento compartilhado

O projeto Inovação, Competitividade e Design (ICD) inclui também ações que visam à disseminação desses resultados. No portal lançado no mês passado (www.ufrgs.br/icd/), há uma seção dedicada a *benchmarking*. Entendido como um processo por meio do qual as melhores práticas de uma empresa são usadas por outras para melhorar o seu próprio desempenho, serve também para facilitar a superação da concorrência. O site oferece ferramentas para treinar empresas a fim de que coletem seus índices de produtividade e os publiquem no portal.

a respeito do que significa o design. Segundo ele, a área engloba muito mais do que simplesmente o aspecto estético; é a junção de forma e função, aparência e funcionalidade. “É propor soluções a partir de um projeto, problema ou oportunidade”, esclarece. É por isso que o professor defende a necessidade de preparar melhor os alunos da Universidade. “Designers gerenciam o processo para chegar a uma solução integrada”, sintetiza.

No caso da parceira Atlas, que fabrica produtos cuja função exige

apuro técnico, isso se torna ainda mais importante. De acordo com o diretor comercial da empresa, há um trabalho grande de coleta de informações de usuários que serve de orientação aos processos de desenvolvimento. “O designer interage com usuários, busca decodificar suas necessidades e as converte em produtos que possamos fabricar; no sentido inverso, busca, com as possibilidades técnicas que temos, criar produtos que resolvam problemas e melhorem o trabalho de nossos usuários finais”, explica Marcio.

Dois pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Escrever para ser lido

Os indicadores da fala, geradores de significados, não se restringem aos signos verbais, ainda que nestes se concentre grande parte do conteúdo que queremos expressar, digamos, de forma, em tese, estruturada e lógica. Há, no nosso ato de comunicação, se oral, as expressões faciais, o gingar do corpo acentuando, com gestos de maestro, uma afirmação contundente, por exemplo. O que dizemos nos revela; o que deixamos de dizer, não menos. Na escrita, há indicadores que estão no modo como compomos o texto. Se utilizamos a voz passiva, por exemplo, podemos estar atenuando a ação de alguém ou

focalizando o que não é o agente do que o verbo expressa. Assim, dizer *O grupo de manifestantes foi cercado pela polícia* é diferente de dizer *A polícia cercou o grupo*, ainda que se possa alegar que a informação tem o mesmo referente – digamos, uma mesma imagem vista na televisão. No geral, a ordem eleita ao construirmos um enunciado revela as convicções daquele que enuncia. Aqui nos utilizamos, de forma simples, de exemplos que trazem como referência um ato político. Mas o mesmo pode ser dito por um filho à sua mãe: *Mãe, sabe a calça nova? Manchou*. Esse enunciado constrói-se sobre uma “voz passiva disfarçada”, pois a calça não se mancha sozinha. Muito provavelmente,

quem estava metido na roupa deve ter feito ou sofrido algo – mais ou menos acidental – que resultou no problema *mancha*. Ou no problemão *mancha e mãe* numa mesma cena discursiva. Outro aspecto valioso para a construção textual é a aproximação maior ou menor com o leitor que, mesmo ausente, no caso geral da escrita, pode ser identificado nos recursos ligeiramente redundantes, mas que servem ao que lê como uma possibilidade a mais de compreensão. São os “ou melhor”, “por exemplo”, “em outras palavras”, “digo”, entre demais expressões, mas também, no caso de textos reflexivos, a utilização de imagens, cenas que ilustrem o que está sendo dito e permitam um alívio ao impalpável. [E não

se utilize esse *digo* para ladear palavra mal escrita, como se fosse parte integrante do erro – risque-se, simplesmente, e nada mais.] No texto ficcional, M. de Assis escrevia folhetins em que o leitor, no mais das vezes a leitora, fazia parte da peça ficcional, exercendo na obra uma espécie de papel de cúmplice, pois não raro o Bruxo do Cosme Velho punha seus personagens em xeque, mesmo que a arquitetura do texto de certa forma naturalizasse a trama. O que vale apontar é a estratégia didática de ter o leitor presente na hora da escrita. Em textos acadêmicos, muitas vezes o discurso se constrói a partir de pressupostos o leitor nem sempre domina. Cuidemos, pois, de mantê-lo ligeiramente lúcido.

Luz sobre a escuridão

Memória Professores da UFRGS relembram as cassações e perseguições sofridas na ditadura

Ânia Chala

“A versão que nos foi dada sobre essas comissões é que elas tinham por objetivo tirar das universidades os subversivos. Mas penso que, apesar dessa desculpa ideológica, o que vingou foi a mesquinha, a desforra, as diferenças pessoais”, afirma o professor aposentado Cláudio Francisco Accurso. Ele conta que os alunos da Faculdade de Economia haviam realizado uma enquete para avaliar os docentes, na qual ele despontou como o professor mais bem cotado. Seu colega, Nagipe Buaes recebeu a pior avaliação. “E, justamente ele, viria a presidir a Comissão Especial de Investigação Sumária (Ceis) da UFRGS. Fui a primeira pessoa a ser chamada, e ele

me fez uma única pergunta: ‘Como eu explicava que o aluno Marconi Isolan, que ele havia reprovado por duas vezes, tinha sido indicado por mim para fazer um curso no Chile pago pelas Nações Unidas?’ Respondi que a questão deveria ser endereçada ao secretário-geral da ONU, porque o curso é organizado por eles, não por mim. Houve uma gargalhada geral, e ele ficou sem jeito. Pensei que o inquirido havia acabado ali, já que ninguém perguntou mais nada. Para minha surpresa, vi o meu nome na lista dos expurgados.” Assim o economista relatou sua experiência diante dos colegas que, assumindo o papel de inquisidores, levaram adiante uma espécie de simulacro de tribunal.

Composta por 16 membros,

escolhidos pela Congregação das unidades universitárias, a Ceis foi instituída na Universidade em maio de 1964, ficando subordinada à Comissão Geral de Investigações, presidida pelo general Jorge Cezar Garrastazu Teixeira. Sua atuação foi marcada pelo autoritarismo: os acusados eram convocados a comparecer perante uma das subcomissões por meio de um ofício apócrifo e nenhum deles recebeu qualquer comunicação oficial sobre os resultados das inquirições, sendo informados de seu afastamento pelos jornais e sumariamente desligados da Universidade.

Os únicos registros dos trabalhos dessa Comissão até agora conhecidos foram localizados no Centro de Documentação da Universi-

dade de Caxias do Sul (UCS) pelo professor de História Jaime Valim Mansan, enquanto ele pesquisava documentos para sua dissertação de mestrado que tratou justamente dos expurgos ocorridos em 1964 e 1969.

A descoberta foi tema de reportagem publicada na edição de junho de 2010 do JU, na qual Jorge Enriquez Vivar, docente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, já ressaltava que a própria indefinição de subversão permitiu que desavenças pessoais influenciassem as decisões dos membros da Comissão.

Fim da reflexão crítica – O professor Cláudio considera que os expurgos privaram a Universidade de alguns de seus melhores professores.

Essa opinião é compartilhada por Maria da Glória Bordini, professora expurgada em 1969, para quem houve uma espécie de poda da reflexão crítica dentro da instituição.

Injustiça – Maria da Glória, atualmente professora aposentada do Instituto de Letras, acredita que a UFRGS já deveria ter investigado os casos de repressão a seus docentes expurgados ou cassados há muito tempo. “Mas as administrações pós-anistia nada fizeram – que eu saiba – a não ser desconsiderar os prejuízos pessoais e profissionais dos atingidos, mesmo quando estes apelaram por reparação dos danos”, critica. Ela também acha que, além de esclarecer quais foram os acusadores, suas razões e sua conduta, seria importante que os docentes que sofreram perseguições por seu ativismo político ou só por exercerem sua liberdade de pensamento e palavra na vida acadêmica, recebam a mesma atenção que outras categorias, como os militares, os funcionários do governo, os políticos, tiveram da Comissão Nacional da Verdade: “E, se há causa para indenizações, que ela sejam realizadas em prol da justiça e do princípio de igualdade. É vergonhoso que docentes os quais se distinguiram nas suas especialidades e tornaram-se respeitados na comunidade científica, sejam tratados como pesos mortos para o Estado”, enfatiza.

Já Angela Mussoi de Souza, filha do ex-professor da Faculdade de Arquitetura, Nelson Souza, vítima dos expurgos em 1964 e recentemente falecido, resalta que “a vigilância para não repetir o mesmo tipo de comportamento passa, não só pelo entendimento do que significaram e significam – porque ainda acontecem atos desse tipo, não só no mundo dos outros, no nosso –, mas por uma luta cotidiana para identificar, em cada um de nós, a dificuldade de lidar com os que pensam ou são diferentes de nós”, conclui.



Para o professor Cláudio Accurso, as comissões de inquirido instaladas na UFRGS serviram à mesquinha

A CASSAÇÃO ME MARCOU MUITO, porque foi um ato de violência abrupto. Ninguém esperava por aquilo. Eu até pensei que aquela comissão era ‘para inglês ver’, que era uma maneira de a Universidade dizer que iria fazer a comissão para não dar em nada. Não imaginava que, no ambiente democrático em que vivíamos, aquilo pudesse ter uma consequência maior. Eu era casado, tinha três filhos e o meu emprego era aquele. Depois do expurgo, não pude trabalhar em lugar algum: nem em órgãos do estado e muito menos na iniciativa privada. Tive de ir embora para o exterior. Tive sorte, pois em função dos cursos que havia realizado na Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (Cepal) e na Universidade do Chile, recebi vários convites. Porém, mesmo com o ganha-pão garantido, foi uma atrapalhão: primeiro, morei no Chile por alguns meses, depois, fui convidado para trabalhar na Bolívia, onde vivi por três anos. As crianças tiveram de deixar o colégio na metade do ano e passar a estudar em

Cláudio Francisco Accurso

ainda por cima (professor da Faculdade de Ciências Econômicas, expurgado em 1964)

DURANTE O PERÍODO DA DITADURA, até a anistia, sempre pendia sobre mim e, por consequência, sobre minha família, o temor dos processos repressivos arbitrários de então. Isso se constatou na necessidade de obter permissão para viajar para fora do país e na vigilância sob disfarce de alguém que eu considerava um ex-colega de graduação e que era agente da Polícia Federal. Por outro lado, minha independência econômica, baseada na remuneração de professor auxiliar na época, e no salário de professor estadual, teria sido anulada (e meus pais não gozavam de muitas posses), não fosse a acolhida como funcionária da Editora Globo, numa posição criada para mim, que vinha das Letras e nada entendia de edição, graças aos esforços de amigos como José Otávio Bertaso e Erico Verissimo. Como o decreto do AI-5 impedia o exercício de funções em qualquer nível em que houvesse recursos do governo envolvidos, perdi os dois empregos e tive de me dedicar a um outro que só me trouxe benefícios. Entretanto, durante os anos em que estive expurgada, não pude exercer a profissão de docente em que havia investido, e, retornando à Universidade, só alcancei a posição de professor adjunto IV, pois no período nunca houve abertura de concurso para titular. Essa impossibilidade de progredir teve um efeito retardado: refletiu-se sobre a remuneração de professor aposentado. Meus pais faleceram há anos, vivo sozinho, e meu salário de aposentada da UFRGS é irrisório, mesmo tendo tido dedicação exclusiva e sendo doutora e pesquisadora do CNPq.

Maria da Glória Bordini

(professora do Instituto de Letras, expurgada em 1969)

ÉRAMOS PEQUENOS, tinha seis anos e meu irmão Jorge apenas três, e a família tentou nos poupar. Com o passar do tempo, porém, sentimos que algumas coisas eram diferentes. Fora o fato de o pai ter ficado de uma hora para outra sem emprego, nem remuneração, minha mãe trabalhava como funcionária pública. As coisas ficaram apertadas, mas acho que os aspectos psicológicos eram mais sentidos: pairava sobre nós uma sensação de insegurança, minha mãe falou durante anos do medo de atender a porta. Também houve o isolamento, pois muitos conhecidos se afastaram. O resto da vida a mãe se lembrava de uma vizinha que tinha apenas lhe dado um vaso de flores, orquídeas amarelas, em solidariedade. Ficaram as lembranças das brincadeiras embaixo do telhado, com as pilhas de sobras da construção e inúmeros livros que o pai relutou em destruir. Com o passar do tempo, essas mudanças foram absorvidas, ele se firmou como arquiteto, desenvolveu uma carreira diferente. E assim também outros colegas. Mas ficou a mágoa com a Universidade. Ele não quis voltar a dar aulas, mesmo com a anistia, nem se envolver em nenhum outro projeto que passasse pela faculdade.

Angela Mussoi de Souza

(filha de Nelson Souza, professor da Faculdade de Arquitetura expurgado em 1964)



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - SET/2012



O teatro é visto como um importante recurso pedagógico na aprendizagem

Antes de entrar em cena

Formação Estudantes de Licenciatura em Teatro discutem o caráter transformador da profissão

Jacira Cabral da Silveira

Os colegas de Suellem, todos na faixa dos 11 anos, ficaram surpresos ao ouvir pela primeira vez a voz da garota com quem conviviam há algum tempo. Foi durante uma das aulas da Oficina de Teatro ministrada por Cristiane de Freitas dentro de um projeto de apoio pedagógico a crianças com dificuldade de aprendizagem. Assim que assumiu a turma, ela foi avisada de que havia uma aluna que não se comunicava com os demais: “Ela não fala”, reforçaram.

Cristiane seguiu conduzindo suas atividades como o planejado, e a menina não foi excluída de nenhum desses momentos. Com o engajamento da turma nas improvisações e na produção de pequenos textos, o ambiente tornou-se cada vez mais envolvente, até que Suellem disse “Eu também quero fazer”. No relato de Cristiane, essa foi uma das experiências que a fizeram despertar para o potencial transformador do teatro na educação: “Percebi que ela não tinha dificuldade de aprendizagem.

Apenas precisava de outro caminho para conseguir se expressar”. Cristiane, por sua vez, também seguiu buscando encontrar o próprio caminho e veio parar na Licenciatura em Teatro da UFRGS. Estudante do quinto semestre, ela está matriculada na disciplina Metodologia do Ensino de Teatro, de responsabilidade da professora Vera Lúcia Bertoni dos Santos, que há mais de duas décadas dedica-se à formação de professores e artistas no Departamento de Arte Dramática (DAD) do Instituto de Artes da Universidade.

Reunidos em círculo, os alunos de Vera são motivados a contar fatos da sua própria história relacionados ao teatro e à educação, a identificar gostos, desgostos, frustrações, enfim, a estabelecer marcos da sua relação com os campos de conhecimento que constituem a base da formação acadêmica e profissional em Teatro. O dia é chuvoso e os 14 estudantes da turma estão todos presentes. Mesmo quem não participa com comentários, permanece atento ao debate, que é intercalado por momentos de riso e gestos expressivos, como quando Vera acentua uma de suas ideias em tom descontraído: “Cheguei num ponto do meu fazer pedagógico que me dou ao luxo de ‘perder’ quatro aulas, ou melhor, de ganhar quatro manhãs inteiras, só fazendo apresentação. Com 20 anos de carreira, prefiro que os meus alunos (por meio dessa atividade) percebam – como futuros professores de teatro – que eles também terão diante deles um mundo. E, quando forem olhar

para uma criatura, deem-se conta de que não é um boi ou uma vaca que estarão olhando – com todo respeito aos animais (risadas) – não é uma manada que está ali, entendeu? É um indivíduo que tem toda uma história que é diferente da minha, mas que ao mesmo tempo se aproxima da minha e nos faz humanos. Estamos todos no mesmo barco, tocando essa humanidade”, enfatiza Vera. E a aula continua.

Enxergar-se – Assim como Cristiane, Eveliana Marques também trabalhava com teatro antes de ingressar no DAD. Como a colega, notou a importância da arte da representação no desenvolvimento humano. Tendo acumulado experiência com estudantes de diferentes idades, agora realiza oficinas com docentes. Sua preocupação é ajudá-los, através do teatro, a estar em sala de aula de modo mais aberto e espontâneo, fazendo com que consigam se enxergar: “Porque essa é outra facanha do teatro, fazer a pessoa (ator) se enxergar”, observa.

Eveliana atribui essa autodescoberta a exercícios como o de improvisação, nos quais o aluno, por falta do que dizer, acaba expondo quem ele é. “É um trabalho de treinamento no jogo do ator, por meio do qual a gente se depara com a nossa personalidade”, argumenta. Segundo ela, até mesmo a proposição de pular corda representa um desafio para algumas pessoas: “E ao aceitar a proposta a pessoa cresce com isso”, avalia. Essa interpretação que hoje tem o respaldo teórico surgiu para

Eveliana primeiramente de forma intuitiva: “O que me fez buscar a graduação foi a teoria, a parte pedagógica da metodologia de autores que escreveram sobre o que eu penso, para poder me embasar melhor”.

“Ouvir a própria voz” é como Marcelo Mertins compreende esse aprendizado que a atuação proporciona às pessoas, mas que também pode ser estimulado por meio de outras artes, conforme o estudante. Para ele, uma das características mais fortes de uma obra de arte é a de levar o indivíduo a refletir a partir daquilo que vê, tornando-se um ser humano melhor. “Os professores também têm essa oportunidade de transformar seu aluno num ser humano melhor. Só que isso é raro. São raros os professores que nos marcam. Então, quando alguém te toca de alguma maneira e te leva a pensar que talvez tu também possas marcar outras pessoas como professor...”

Enquanto Marcello encerra o assunto nas reticências, Lorenzo Lopes Soares assume: “Quem escolhe fazer licenciatura em teatro acredita em toda essa potência que ele tem como ferramenta de desenvolvimento. Se a gente não acreditasse em tudo isso, e não tivesse uma ligação grande com essas possibilidades, não estaria aqui”, deixa claro.

Paixão pelo conhecimento – No segundo semestre deste ano, Laura Oliveira Lima vai ministrar uma oficina de jogos durante a semana acadêmica do curso de História. A ideia surgiu depois que seu namorado, licenciando em História no

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, pediu algumas sugestões de atividades mais lúdicas, porque ele tinha dificuldade de planejar algo que fugisse da aula expositiva. “O próprio diálogo entre os professores pode trazer uma diferença para dentro da sala de aula”, argumenta Laura ao comentar a dificuldade que docentes de outras áreas de conhecimento têm na hora de atuar em sala de aula, de forma a proporcionar um aprendizado não só eficiente como também prazeroso.

Na avaliação de Vera Bertoni, além desse tipo de dificuldade, os professores de disciplinas consideradas mais importantes na grade curricular, como Português, Matemática etc., ainda sofrem a pressão do sistema educacional, que cobra desses profissionais os ‘resultados’ de seus alunos. “Eles não podem perder tempo”, observa com relação ao volume de conteúdos a serem ministrados.

Por outro lado, ela rejeita a acomodação dentro do trabalho tradicional, ressaltando que os educadores também fazem parte do sistema de ensino que criticam: “Quem inventou essa história? E quem segue bancando essa porcaria? Nós. Então é aí que a gente tem de dizer que chegou, que na minha aula isso não vai rolar”. Lembrando as palavras, mas não o nome de um autor, ela fala aos alunos: “Tu não ensinas conhecimento, tu ensinas a tua paixão pelo conhecimento”. E a conversa continua até o final da manhã.

Mulheres em risco

Igualdade *Jornalista analisa o feminismo, referindo a urgência da luta contra a violência de gênero*

Jacira Cabral da Silveira

Especialista em políticas de igualdade e violência de gênero, a jornalista espanhola Nuria Varela Menéndez esteve na UFRGS em março para falar sobre *Os desafios contemporâneos do feminismo*. Sua palestra fez parte das atividades comemorativas dos 30 anos do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Atualmente, além do trabalho como jornalista, ela também é professora convidada nas Universidades Rey Juan Carlos e de Castilla-La Mancha. Antes disso, foi correspondente de guerra na Bósnia, no Iraque e no Afeganistão. Independentemente de sua ocupação, Nuria assegura que a luta pelos direitos das mulheres está presente em todas as atividades que desempenha. Antes de desembarcar em Porto Alegre, ela falou à reportagem do JU.

O feminismo ainda é ridicularizado, como afirma em teu livro *Feminismo para principiantes*?

Sim, nisso parece que o tempo não passou. É uma estratégia que se tem utilizado contra o feminismo desde a sua origem. Vivemos o auge desse embate durante a época das sufragistas, quando a imprensa, especialmente a inglesa, caricaturava as feministas como solteironas, feias e mal-amadas. Na Espanha isso permanece. Ante a falta de argumentos, recorre-se a essas artimanhas – um desrespeito que tenta desqualificar seus membros. Por exemplo, os grupos que se opõem à votação em questões sobre o aborto, autodenominando-se grupos pró-vida, tentam fazer crer que se preocupam com a nossa existência e nos chamam de assassinas porque defendemos os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Mas o que fazemos é exatamente defender a vida digna.

O que é necessário para chegarmos a políticas de igualdade?

É preciso aprofundar o desenvolvimento da democracia e construir uma sociedade mais humana. As políticas de igualdade não são quaisquer políticas, já que propõem modificar uma configuração social com séculos de história. São políticas na contracorrente da dinâmica social majoritária e, por isso, enfrentam demasiada resistência. Há muitos interesses patriarcais nesse processo. Algumas dessas resistências são inconscientes, outras ideológicas, mas todas são fruto de concessões antigas.

Qual a origem do feminismo chamado de radical?

Ele nasceu nos Estados Unidos, entre 1967 e 1975. Os anos 60 do século XX foram intensos politicamente. O “sonho americano”

havia se convertido em pesadelo depois do assassinato do presidente Kennedy, e os protestos de jovens intensificaram-se a partir da guerra do Vietnã. O sistema vivia contradições profundas: era sexista, racista, classista e imperialista. Tudo isso motivou a formação da Nova Esquerda e fez ressurgirem diversos movimentos sociais radicais, como o antirracista, o estudantil, o pacifista e o feminista. Todos unidos pelo caráter da contracultura. Muitas mulheres começaram a fazer parte desse movimento de emancipação. Mas apareceram também contradições nessa Nova Esquerda, e as mulheres enfrentaram a inviabilização da sua atuação como líderes; suas vozes não eram ouvidas nos debates dominados por homens. A opressão só se analisava a partir da classe social. O sexismo era objeto de brincadeiras e não entrava nos debates teóricos. Nesse contexto, a primeira decisão política do feminismo foi a de organizar-se de forma autônoma, separar-se dos homens. Assim se formou o Movimento de Libertação das Mulheres. Eram jovens tremendamente preparadas e instrumentalizadas com ferramentas como o marxismo, a psicanálise e as teorias da Escola de Frankfurt. O feminismo radical teve duas obras fundamentais: *Política sexual*, de Kate Millett, publicada em 1969, e *A dialética do sexo*, de Shulamith Firestone, editada no ano seguinte. Foi Firestone quem formulou o feminismo como um projeto radical no sentido marxista de abordar as coisas pela raiz e que, portanto, iria à raiz mesma da opressão.

Quem foram as sufragistas?

O Sufragismo foi um movimento político das mulheres em âmbito quase mundial que durante três gerações lutou para atingir seus objetivos: o direito ao voto para as mulheres, excluídas desse processo em todo o mundo, e o direito à educação superior, ou seja, entrar na universidade, um ambiente ao qual também não tinham acesso. As sufragistas acreditavam que, uma vez atingidos esses dois direitos, os demais viriam por consequência.

O Brasil é um país em que as mulheres representam mais de 51% dos eleitores, mas menos de 10% dos legisladores. A luta agora é ocupar esses espaços?

Esse déficit de representação é determinante para mudar a agenda política. Calculamos que a massa crítica, ou seja, a quantidade de gente de que necessitamos para modificar uma situação, está em torno de 30%. Até atingirmos esse limiar, será muito complicado mudar alguma coisa. Também é importante do ponto de vista simbólico; a imagem das mulheres tomando decisões transmite referências, especialmente às gerações mais jovens, e normaliza as relações de poder entre mulheres e homens.

Na verdade, o objetivo deveria ser a paridade, porque isso indicaria que se elegem as pessoas mais qualificadas, as melhores, e não os homens pelo simples fato de serem homens.

Dados recentes indicam que, em dez anos, quadruplicou o percentual de mulheres responsáveis pelo sustento da casa em nosso país. Isso se repete em outras nações?

Na Espanha, sim. Chegamos a 25% de famílias monoparentais, formadas por mulheres e seus filhos e filhas. O percentual tem aumentado tanto em função de separações e divórcios como (especialmente) pelo fato de as mulheres decidirem assumir sozinhas sua maternidade, seja por reprodução assistida ou por adoção, como é o meu caso.

Podes explicar esta tua fala? “A própria percepção da violência

tem a ver com a desigualdade, e seria um absurdo pensar que as mulheres têm o mesmo conceito que os homens sobre violência sexista.”

Nas culturas em que a violência é minimizada e em que não há censura social ou sanções penais, a violência contra as mulheres se mantém invisível e, portanto, normalizada. Sua percepção é diferente inclusive entre as mulheres que a sofrem. Isso também acontece com aquelas que fazem parte de algumas religiões. Muitas igrejas inculcam a submissão feminina, de modo que não lhes parece que estão sendo maltratadas se lhes exigem obediência aos maridos. Conforme a cultura, há mulheres que não consideram a violência um desapareço – como seus maridos gritarem com elas ou decidirem com quem elas devem sair, só para citar a banalização de algumas

agressões. Existem ainda mulheres que não percebem como violência o estupro dentro do matrimônio, nem enxergam como abuso o fato de elas se encarregarem de todos os afazeres domésticos, enquanto seus maridos nada fazem.

Declaras que mulheres e homens estão fartos de diagnósticos que produzem um “efeito anestésico e nenhuma reação”. Por quê?

As cifras sobre a violência que sofrem as mulheres no mundo são tão escandalosas – estamos falando de milhões de mulheres assassinadas –, que é arrepiante pensar que não se tomem medidas frente à violência. Parece que nos acostumamos, que consideramos “normal” que as mulheres sejam violentadas e espancadas. Ou sabemos e simplesmente olhamos para o lado.



Nuria, que foi correspondente de guerra em Bagdá, diz que a violência contra a mulher se mantém invisível em certas culturas

O tabuleiro ucraniano

Política Disputa pela região da Crimeia instaura clima de Guerra Fria entre EUA e Rússia

Gabriel Adam*

O fim da União Soviética possibilitou à Ucrânia se tornar um Estado independente, situação inédita em sua história. Os primeiros anos do jovem país foram marcados por oscilações entre períodos de estabilidade político-econômica e de turbulências, processos que culminaram na crise verificada desde o final de 2013, a de maior gravidade até hoje. As causas para a atual situação do país são várias e se entrelaçam. A fim de visualizar o quadro em sua integralidade e de entender seus efeitos, cabe separar suas causas entre internas e externas.

Uma informação essencial para entender a Ucrânia é a sua divisão regional. Grosso modo, há quatro regiões no país: leste, oeste, sul e central. Cada uma delas é dotada de passado próprio e abriga populações com visões muito distintas quanto ao significado de ser ucraniano e como o país deve se relacionar com os vizinhos. O regionalismo ucraniano advém de sua história. Ucranianos e russos (e bielorrussos) são povos eslavos que dividem a mesma linhagem, os Antigos Russos, e o mesmo berço, a Rus Kievana, fundada em 856, e que atualmente corresponde a Kiev. A junção da atual Ucrânia ao Império Russo ou à URSS deu-se em momentos distintos. O Tratado de Pereiaslav integrou a região leste ao Império Russo em 1654, enquanto a região central foi incorporada a esse Império entre 1793 e 1795, após a tripla partição da Polônia. O oeste ucraniano quase sempre pertenceu ao Império dos Habsburgo ou à Polônia, sendo unido à URSS apenas no fim da Segunda Guerra Mundial. Já a Crimeia (região sul do país) foi objeto de disputa entre vários povos, tendo sido conquistada pelo Império Russo em 1784. Em 1954, Nikita Kruschchev passou o controle da península à República Socialista Soviética da Ucrânia. Ressalte-se que o status da Crimeia foi motivo de intensas discussões entre Moscou e Kiev após o fim da URSS. Por fim, ela permaneceu no Estado ucraniano, mas com um alto grau de autonomia em relação à capital.

Eleições controversas – A interconexão entre russos e ucranianos teve como reflexos uma considerável presença de russos residentes no sul e no leste da Ucrânia, regiões nas quais os laços entre os dois povos são intensos. O mesmo não ocorre no centro e no oeste do país. Essas diferenças são refletidas na política ucraniana, pois candidatos com uma plataforma pró-Rússia recebem a ampla maioria dos votos no leste e no sul, enquanto os candidatos pró-Occidente saem vitoriosos no centro e no oeste. Assim ocorreu nas eleições presidenciais de 2004, quando manifestantes apoiados por Estados Unidos (EUA) e União Europeia (UE) conseguiram anular a eleição de Viktor Yanukovich, sob alegação de fraude, e elegeram o candidato pró-Occidente Viktor Yushchenko, no que ficou conhecida como Revolução Laranja. Contudo, a falta de apoio externo e interno impediu Yushchenko de imprimir uma política anti-Rússia, como almejava, o que pode ser exemplificado pelo não ingresso do país na UE e na OTAN.

Cenário semelhante foi verificado nas eleições presidenciais de 2010, quando Yanukovich derrotou Yulia Timoshenko (oligarca e ex-aliada de Yushchenko) por apenas 3,48% dos votos válidos. Mesmo sendo visto como um político pró-Rússia, Yanukovich procurou desenvolver uma política externa balanceada



Praça Vermelha, 18 de março: o presidente Vladimir Putin definiu a região da Crimeia como 'parte inseparável' do território russo

entre Moscou e Bruxelas, cujo maior exemplo é sua indefinição até o último momento entre assinar acordo de livre comércio com a UE ou aceitar a ajuda russa. A opção pela Rússia, menos danosa economicamente ao país, gerou manifestações, pacíficas no início, mas com crescente violência, as quais culminaram no golpe de Estado que derrubou o governo. A economia ucraniana também é causa da crise. Apesar do parque industrial localizado no leste e da produção agrícola do oeste, a economia nacional não cresce como o esperado – situação agravada pela dependência do gás natural russo, pela falta de competitividade da indústria local, pelos baixos investimentos externos e pela própria instabilidade política.

Quanto às causas externas, a Ucrânia é um país estratégico num jogo que envolve atores de enorme peso. As razões para tal importância podem ser brevemente alinhadas. A Ucrânia possui o maior território da Europa (salvo a parte ocidental da Rússia), localizado entre a Rússia e a Europa Central, dotado de terras férteis e banhado pelo Mar Negro. Sua posição a torna fundamental para os cálculos de segurança de Moscou e para os planos de expansão da UE e da OTAN. Em termos econômicos, 80% do gás natural importado pela União Europeia junto à Rússia, para garantir sua segurança energética, passa por gasodutos localizados em solo ucraniano. Ainda quanto à energia, é possível que o país possua reservas de gás de xisto.

Jogo de interesses – Para a Rússia, a Ucrânia é um país fundamental. A história compartilhada e a proximidade cultural geram nos russos um sentimento genuíno de parentesco, que faz o afastamento ucraniano ser algo muito difícil de aceitar. Se, por um lado, a Ucrânia é a janela russa para a Europa, por outro, é uma fonte potencial de insegurança militar. Os gasodutos ucranianos que garantem energia para a Europa igualmente asseguram um fluxo de capital essencial para Moscou.

No contexto russo-ucraniano, a Crimeia merece destaque. Além de deter uma am-

pla população russa (58,3%), na península encontra-se a base naval de Sevastopol, principal saída da marinha da Rússia para mares quentes e elemento central aos cálculos de segurança do país. Entregar a Crimeia a um governo ucraniano aliado da OTAN é algo fora de cogitação para o Kremlin, mesmo frente a ameaças de sanções econômicas e isolamento diplomático.

A Ucrânia precisa desenvolver uma identidade nacional menos fragmentada

A relevância de Kiev para Moscou é reconhecida por EUA e UE, o que torna a Ucrânia ainda mais atraente. Washington continua com uma política externa voltada para a contenção de potenciais rivais em âmbito global, sobretudo Rússia e China. Em termos geopolíticos, o controle da Eurásia também não saiu do radar estadunidense, como atestam seus atos na Ucrânia, no Pacífico e no Oriente Médio. Para a UE, a Ucrânia é um pivô na disputa com Moscou em torno do mercado continental de energia. A Rússia tem respondido a tais movimentos de forma cada vez mais assertiva, principalmente em relação aos EUA. Os exemplos mais claros disso são o conflito russo-georgiano de 2008, a questão nuclear do Irã e a guerra civil na Síria. Quanto à Eurásia, Putin lançou em 2012 o projeto da União Eurasiana, um bloco político-econômico liderado por Moscou que tem entre seus objetivos uma maior aproximação com a UE e a adesão da Ucrânia.

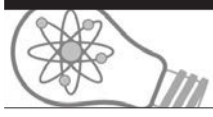
Perspectivas – O conjunto de interesses em conflito na crise ucraniana demonstra que ele não se resume a um quadro de grave ins-

tabilidade interna, mas explica por que EUA e UE apoiaram os protestos em Kiev desde dezembro e reconheceram imediatamente o governo golpista de conotação liberal e nazifascista instalado no poder. Da mesma forma, clarifica tanto a posição dura adotada pelo Kremlin de condenação ao golpe como a sua atuação na Crimeia.

Quanto aos efeitos da crise, o primeiro deles é a retomada definitiva de um clima de Guerra Fria entre Moscou e Washington. O segundo será a anexação da Crimeia à Federação Russa, ato apoiado por 96,77% da população da região. Moscou não voltará atrás na defesa da Crimeia, seja pelo apoio da população russa à medida, seja pelo papel de grande potência que procura desempenhar, ou ainda para estabelecer um limite de ação ao Ocidente. A partir daí, é de se esperar que os EUA declare entusiasmadamente uma série de sanções a Moscou, sendo seguidos de modo menos enfático e efetivo por Bruxelas. No entanto, no médio prazo, deve ocorrer a normalização dos contatos comerciais entre Rússia e UE. Quanto à possibilidade de conflito, a Rússia dificilmente atacará a Ucrânia, a não ser que seja provocada. E tal provocação não ocorrerá caso a OTAN não banque o governo ucraniano, o que demandaria altas doses de ousadia e imprudência por parte de Washington. Nesse cenário, talvez a UE aja com maior autonomia e não embarque em mais uma aventura imperial estadunidense, já que um estremecimento das relações russo-europeias é prejudicial às duas partes.

No tocante à Ucrânia, a situação interna deve piorar nos próximos meses, sobretudo para os russos residentes no país. A crise da Crimeia pode, inclusive, servir como desculpa pelo governo ilegítimo para realizar eleições e permanecer no poder. A fim de atingir estabilidade, a Ucrânia precisará encontrar um meio de desenvolver uma identidade nacional menos fragmentada, tarefa difícil e até hoje não realizada.

* Doutor em Ciência Política pela UFRGS e professor da Unisinos e da ESPM



Colaboração internacional

Pesquisa Parcerias com investigadores estrangeiros ampliam horizontes

Everton Cardoso

A ideia de ciência carrega consigo uma intenção de ser universal e de produzir conhecimento que possa transcender os limites do local em que é produzido. Nesse sentido, os intercâmbios, as parcerias e outras iniciativas que incluam cooperação entre investigadores de diferentes nacionalidades e instituições oferecem uma possibilidade de, desde o início do processo, já incluir essa perspectiva na investigação. Esse é o caso da pesquisa *Análise e integração de expressões multipalavra em fala e tradução*, que envolve 19 pesquisadores, além de alunos de doutorado, mestrado e graduação de cinco instituições. A UFRGS e a Universidade Federal de São Carlos, (São Paulo), são as representantes brasileiras no projeto, que também inclui três instituições francesas: a École Normale Supérieure, a Université Joseph Fourier e a Aix-Marseille Université.

Interesses comuns – O estudo iniciou oficialmente no mês de março, mas a professora do Instituto

de Informática da UFRGS Aline Villavicencio, coordenadora da investigação, faz questão de aclarar que a colaboração entre os membros das equipes é de mais tempo. Em alguns casos, enfatiza, data de meados de 2007 e já apresenta alguns resultados concretos. “A cooperação teve início com o intercâmbio de pesquisadores e alunos entre as universidades envolvidas”, relata. E acrescenta: “As colaborações foram se diversificando à medida que os grupos trabalhavam juntos e iam, dinamicamente, identificando novos pontos de interesse comum”.

A pesquisa, que procura entender e desenvolver técnicas e recursos computacionais para um processamento da linguagem natural mais preciso, pretende dar conta de expressões idiomáticas com mais de uma palavra e cuja tradução exija um conhecimento não literal da língua. “A principal contribuição será o desenvolvimento de interfaces homem-máquina multilínguas que tratem adequadamente de expressões compostas e gerem um entendimento e um processamento mais precisos da linguagem humana”, diz Aline sobre o projeto que envolve português, inglês e francês. Na avaliação do professor e pesquisador da Université Aix-Marseille, Carlos Ramisch, parceiro na investigação, o grande ganho desse tipo de colaboração está no compartilhamento de recursos e conhecimento, além da formação de jovens pesquisadores. “Em razão do projeto, poderemos realizar viagens e financiar bolsas de mestrado e doutorado que enrique-

cerão alunos franceses e brasileiros, tanto do ponto de vista profissional como pessoal”, esmiúça. “Esperamos”, prevê sobre os resultados ao final do trabalho, “propor técnicas e publicar resultados, mostrando de que forma os sistemas de tradução e de reconhecimento de fala podem integrar o processamento de expressões para gerar saídas mais precisas”.

A muitas mãos – Também em uma área de pesquisa ligada à produção musical erudita, a parceria entre investigadores de diferentes nacionalidades colabora para que o conhecimento avance. No projeto intitulado *Interações compositor-performer: etnografia de práticas musicais na música contemporânea*, a professora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Música, Catarina Domenici, tem parcerias com Sara Carvalho e Helena Marinho, ambas da Universidade de Aveiro, em Portugal. O estudo, iniciado durante o processo de pós-doutorado de Catarina na University of Buffalo, nos Estados Unidos, em 2008 e 2009, pretende compreender como compositores contemporâneos se relacionam com instrumentistas ao produzirem peças de concerto. Enquanto aqueles vão preparando partes da composição, estes vão transpondo para o instrumento e fornecendo material que serve de feedback. A pesquisa pretende, a partir de estudos de caso, entender os papéis desempenhados por cada um dos sujeitos – estes são analisados em gravações de áudio e vídeo, rascunhos de composições,

diários de campo e anotações. “Pouca gente no mundo analisa essa interação de maneira sistemática, não restrita a um só caso”, sublinha Catarina sobre a importância de sua investigação.

Com as pesquisadoras portuguesas, a instrumentista pôde trabalhar em cooperação e, dessa forma, vivenciar o processo que estuda. Sara Carvalho compôs uma peça para dois pianos: assim, Helena Marinho e Catarina Domenici serviram-lhe de interlocutoras no processo de composição que resultou em *Spinning Yarns II*, cuja estreia aconteceu em Londres, em junho de 2013, no congresso With Four Hands, promovido pelo Institute of Musical Research da Middlesex University. Na avaliação da compositora lusa, o valor do trabalho que desenvolvem em parceria está no relato de práticas que poderão servir para compreender como a relação entre esses profissionais se dá na contemporaneidade. Se o paradigma estabelecido no século XIX era de um intérprete que servia ao compositor, nas últimas décadas esse processo tem-se tornado muito mais colaborativo. “Para mim, tem sido uma mais-valia trabalhar com a Catarina, pois é uma pessoa que sabe muito e tem uma visão holística da investigação”, avalia Sara.

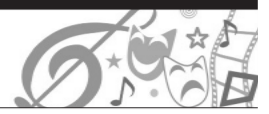
Desdobramentos – O projeto desenvolvido pela pesquisadora brasileira, além de suas parceiras originais, incluiu mais recentemente o compositor britânico Alan Taylor. Como o também doutorando em

Composição pela Royal Central School of Speech and Drama da University of London investiga essa relação, mas da perspectiva de quem compõe, o trabalho em conjunto já tem rendido frutos. O intercâmbio começou em outubro de 2013, quando Catarina apresentou um trabalho a respeito de seus estudos em um evento realizado em Cambridge, na Inglaterra.

Entre as experiências positivas da colaboração, a pesquisadora destaca o quanto contribuiu com Alan por ele não dominar o instrumento para o qual compunha: “Como o Alan escreveu pouco para piano, fui trabalhando no que era exequível ou não”. A instrumentista também pôde auxiliar na percepção das particularidades do performer e da incidência disso sobre a forma final da peça. “A questão é até que ponto isso vai ser refletido tanto na composição quanto na apresentação, em como o músico tira o som do instrumento”, esclarece. Isso se acentua ainda pelo fato de uma primeira gravação de uma peça de concerto servir de referência futura para outros intérpretes. Até porque eles a usam como parâmetro estilístico. “Servem para registrar o gosto e o estilo pessoal do compositor”, sublinha sobre a importância desses processos colaborativos no contexto contemporâneo. Tanto é que Catarina já vislumbra o quanto a composição é um processo compartilhado entre os sujeitos envolvidos. “Os compositores têm-se mostrado entusiasmados e gratos com essa relação de cumplicidade”, arremata.



A professora Aline Villavicencio (sentada, à direita) coordena projeto do Instituto de Informática da UFRGS que reúne pesquisadores de cinco instituições, sendo três francesas



Amor desmitificado

Sociologia

Livro discute a relação entre o romantismo da mídia e o da vida real

Se o cinema é uma arte centenária, também o são os finais felizes, em que o casal protagonista vence todas as adversidades e o amor sempre triunfa. No entanto, essa avalanche romântica nas telas não impediu que se observasse um aumento absolutamente fenomenal no número de divórcios em todos os países ocidentais. Onde estaria então o descompasso entre a vida e a arte?

As problemáticas sociais que surgem a partir da consolidação da noção de amor romântico no Ocidente são o tema do livro *O amor e a mídia: problemas de legitimação do romantismo tardio*, uma coletânea de artigos do professor dos departamentos de Comunicação e Filosofia da UFRGS Francisco Rüdiger. A obra desnatura o romantismo, situando-o como um fenômeno histórico, além de analisar as formas pelas quais este tem se manifestado nas diferentes mídias da atualidade – cinema, telenovela, entre outras –, a partir do momento em que se tornou ideologicamente hegemônico na moderna sociedade capitalista.

“O amor romântico não é algo universal, da natureza humana, mas sim uma invenção da sociedade ocidental, mais especificamente da Europa meridional da Baixa Idade Média. Até o início do século XX, ele existiu em conflito com uma sociedade que o condenava, em prol do casamento tradicional, que independia da escolha do indivíduo. Basta olharmos para os clássicos da literatura romântica: desde as peças de Shakespeare aos romances de Rousseau, todos são tragédias.

Somente após a Primeira Guerra Mundial, quando o capitalismo já está totalmente implantado como novo regime social, o individualismo triunfa e, com ele, o romantismo passa a ser estimulado pela economia de mercado e pelos meios de comunicação como algo positivo, que sempre termina bem”, explica o autor.

O preço da liberdade – No entanto, a aceitação do chamado “romantismo tardio”, por parte da sociedade, não se dá de forma pacífica.

Segundo Rüdiger, é exatamente por sua natureza puramente sentimental e livre de rígidas normas sociais que os relacionamentos amorosos modernos muitas vezes fracassam. “Essa liberdade é sentida por muitos com sofrimento, oriundo da decepção de viver uma experiência sem normas claras ou convenções racionalmente estabelecidas e reconhecíveis. No romantismo tardio, os relacionamentos passam a depender do acaso, o que gera

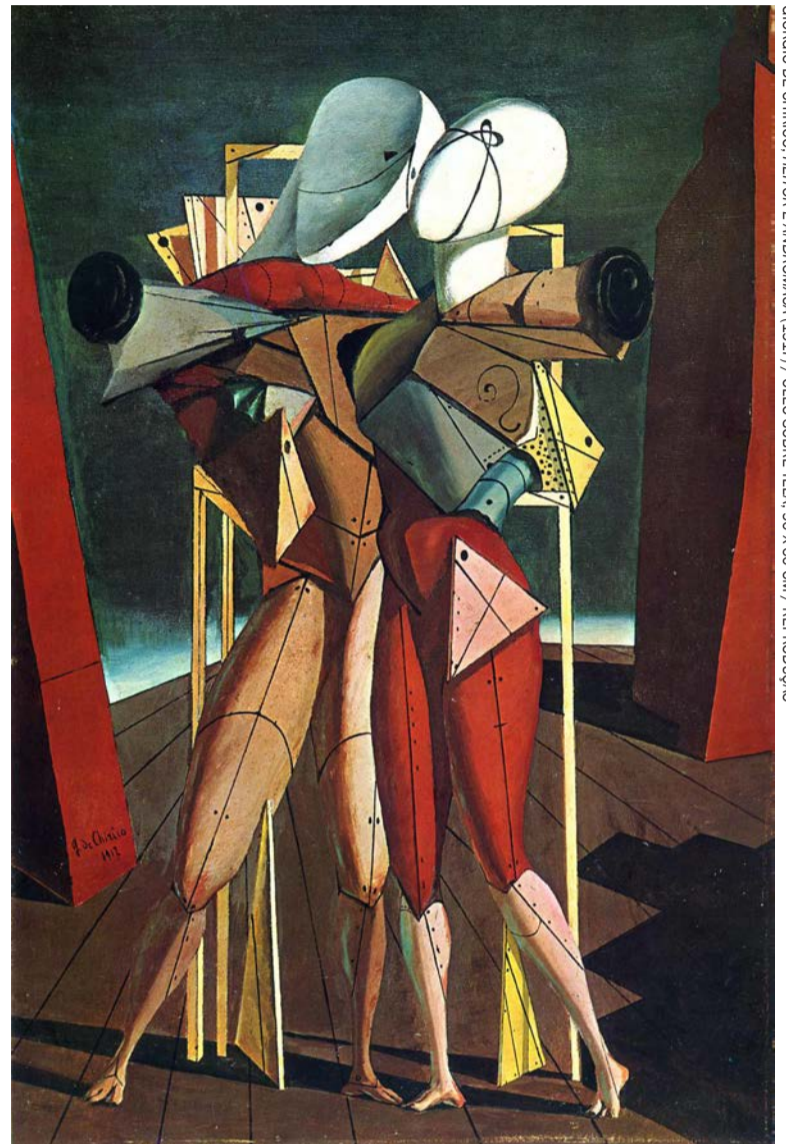
tantos problemas quanto aqueles decorrentes das antigas uniões arranjadas, quando a pessoa tinha de se relacionar com quem era determinado não por si, mas pelos outros”, afirma.

A obra também aborda a manifestação, nos meios de comunicação, de novas formas de relacionamento, que surgem em resposta aos fracassos do amor romântico, como o que o autor chama de “intimismo terapêutico”, uma relação mais baseada no companheirismo que na paixão propriamente dita. Rüdiger vai além e fala inclusive na possibilidade de superação do romantismo, apesar de este ainda ser um movimento hegemônico na sociedade ocidental. “Os antigos gregos inventaram o erotismo, mas aqueles que o praticavam eram uma minoria aristocrática. Agora estamos presenciando o início da manifestação de um erotismo massificado, de uma popularização da estética erótica que os próprios meios de comunicação vêm ajudando a desenvolver.

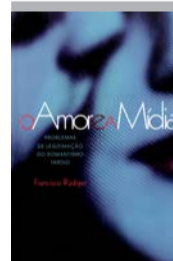
Quicá o futuro não possa significar um relativo eclipse do próprio amor e o retorno ao erotismo que preponderou no mundo grego, não mais de forma aristocrática, mas sim sobre bases massivas e populares?”

É por essa e outras provocações que o presente livro evidencia a atualidade da reflexão que propõe.

Murilo Zardo, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabco



GIORGIO DE CHIRICO, HETERO E ANDROMACA (1917) / OLEO SOBRE TELA, 90 X 60 CM / REPRODUÇÃO



O amor e a mídia: problemas de legitimação do romantismo tardio

Francisco Rüdiger
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013
232 páginas | R\$ 28 (à venda exclusivamente no site <http://livraria.ufrgs.br>)



A universalidade dos direitos humanos: realidade ou projeto?

Eduardo Kroeff Machado Carrion | Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2014 | 143 páginas | R\$ 45 (preço médio)

Abertura ao debate

Sessenta e cinco anos após a ONU aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o assunto ainda gera debate na sociedade, de forma mais ampla, e no meio jurídico, de modo específico. O mais recente livro do professor de Direito Constitucional da UFRGS Eduardo Carrion, *A Universalidade dos Direitos Humanos: Realidade ou Projeto?*, traz elementos pertinentes para essa discussão nos dois âmbitos. A coletânea, que reúne 13 textos produzidos pelo autor desde o ano 2000, sendo quatro deles inéditos (incluindo-se aí o artigo que intitula o trabalho), discute, além da temática dos direitos humanos, que pauta três capítulos do livro, assuntos diversos que perpassam o campo do Direito Constitucional e da Teoria Geral do Estado, tais como as questões da corrupção, do federalismo, das consequências da globalização e do papel da universidade pública no Brasil. Dentro da discussão proposta sobre os direitos humanos, surge como problema central a sua universalidade. Podem ser aplicados a toda a humanidade

os princípios elaborados durante a construção, na Europa e nas Américas, da moderna sociedade ocidental? Até que ponto especificidades culturais que ferem claramente aspectos da supracitada declaração devem ser aceitos pelos cidadãos dos países da ONU em nome do respeito à diversidade? Para resolver esse dilema, Carrion propõe a perspectiva do chamado “universalismo plural”, conceito que envolve a aceitação de abordagens específicas (mas não discordantes) da Declaração Universal dos Direitos Humanos – feitas, por exemplo, em cartas sobre o tema, acordadas exclusivamente entre os países africanos e asiáticos –, mas evitando o relativismo e a negação das contribuições do mundo ocidental ao “processo civilizatório”, como a laicização do poder político e a construção dos pressupostos modernos da democracia. No entanto, o grande mérito da reflexão sobre os direitos humanos feita no livro talvez seja a adoção, pelo autor, de uma postura antes reflexiva que teoricamente conclusiva do assunto, fomentando o debate democrático sobre ele. (M.Z.)



Ler ou não ler: drama ou desafio?

Rose Maria de Oliveira Paim e Maria Nestrovsky Folberg (orgs.) | Porto Alegre: Letra&Vida, 2013 | 176 páginas | Distribuição gratuita

Teoria fundada na prática

Em tempos de universalização da educação básica, os desafios da alfabetização infantil em diferentes contextos sociais e culturais foram ampliados em uma escala nunca antes vista em nosso país. Reunindo as diversas experiências e contribuições de professores da rede pública de ensino da capital e da Região Metropolitana, este livro, organizado pela psicanalista Rose Maria de Oliveira Paim e pela professora Maria Nestrovsky Folberg, ambas da Faculdade de Educação da UFRGS, é fruto de um dos muitos esforços da comunidade acadêmica brasileira para apontar caminhos para esta problemática. Originado a partir de um curso de formação continuada promovido entre 2012 e 2013 pela universidade para educadores das classes iniciais de escolas estaduais e municipais, o trabalho é uma compilação de dez artigos escritos por alunas e alunos participantes do curso. Como resultado, tem-se uma profícua mistura entre a contribuição teórica desses profissionais do ensino e o compartilhamento de suas experiências em sala de aula, fator de grande

enriquecimento do livro. Isso verifica-se, de maneira especial, nos artigos *Ludicidade no processo de alfabetização: reflexões sobre experiências no contexto escolar*, de Gabriela Pagliarini Rocha e Letícia Vargas Pereira, e *Ser professor na atualidade: que lugar é este?*, de Karine Ribas Pereira. Outro aspecto que permeia a obra é o fato de a discussão sobre a introdução das crianças ao mundo da leitura e da escrita estar situada em um diálogo bastante pertinente entre os construtos teóricos da Pedagogia e da Psicanálise, marcando a profunda importância da interdisciplinaridade neste debate. Alguns exemplos que marcam de maneira clara essa troca de ideias são os artigos *Declínio da função paterna e as dificuldades na aquisição da leitura e escrita*, de Alessandra Fialho da Silva e Glória Winter, e *As relações de apego e o desenvolvimento escolar nos anos iniciais*, de Aline Peletti Kaefer e Eliete Kingeski Lima de Oliveira. Por tais características especiais, esta publicação tem grandes chances de ganhar destaque em meio à considerável profusão de escritos sobre o tema. (M.Z.)



O resgate da primeira ópera do RS

Beatriz Mikusinski Zawislak*

Fundada em 1772, somente a partir de 1858, com a inauguração do *Theatro São Pedro*, Porto Alegre teve condições de encenar óperas completas e receber as companhias líricas italianas que passaram a fazer uma “parada” no extremo sul do Brasil, antes de seguirem para o Rio de Janeiro. Já em 1861, a capital gaúcha assistiu a uma primeira ópera completa: *Il Trovatore de Verdi*.

No entanto, em 1902, na primeira temporada lírica do século XX, a cidade assistiu à estreia de uma obra ainda inédita no cenário operístico mundial: *Sandro*, de Murillo Furtado, a primeira ópera escrita por um gaúcho, apresentada sob a direção de seu autor e montada pela Companhia Lírica Italiana, do empresário Ferrari.

Desconhecida da população não ligada à música, *Sandro* foi recentemente recuperada pelo gaúcho Alexandre Takahama, que a tomou como tema da sua tese de doutorado em Música, defendida na Unicamp, em 2010.¹

Sociedades musicais – A partir da segunda metade do século XIX, além de um bom teatro, Porto Alegre viu surgir sociedades musicais, graças à vinda de imigrantes alemães (1824) e italianos (1875), os quais procuraram recriar o ambiente musical a que estavam acostumados em seus países de origem. Surgiram, entre outras, a *Sociedade Filarmônica Porto-Alegrense* (1878) e o *Instituto Musical Porto-Alegrense*, fundado em 1896, mas denominado *Club Haydn*, em 1897.

1 A maioria dos dados sobre Murillo Furtado e sua ópera *Sandro* aqui apresentados estão contidos na tese de Alexandre Takahama, intitulada *Ópera Sandro de Murillo Furtado: Estudo para uma Direção Musical e seu Resgate Histórico*. Takahama, atualmente, é docente da Unipampa, no câmpus Bagé. Contudo, ainda guardo na memória alguns dados sobre Murillo Furtado, por ser meu tio-avô, pois era irmão de meu avô, pai da minha mãe.

Essas entidades tiveram grande influência no desenvolvimento cultural da cidade, pois algumas tinham orquestra, coral e muitos de seus músicos davam aulas de música. A capital, portanto, já apresentava as condições básicas para a formação musical de um jovem como Murillo Furtado.

Talento reconhecido – Nascido em Porto Alegre, em 16 de fevereiro de 1873, Murillo cresceu num contexto favorável ao cultivo da música, não apenas devido às condições oferecidas pela cidade, mas também graças ao seu ambiente familiar. Seus pais, Francisco Júlio Furtado e Ana Fróes Pinto Bandeira Furtado, tiveram nove filhos: cinco rapazes e quatro moças, e todos praticavam a música. Murillo começou a estudar violino aos nove anos, com alguns músicos locais e também com os italianos Giuseppe Panise e Thomaz Legori, aqui radicados, que admiravam o talento do jovem aluno. Aos 14 anos, passou a lecionar violino e, logo em seguida, começou a compor as suas primeiras peças para piano e para violoncelo.

Em 1896, casou-se com Branca dos Santos Rocha, pianista e cantora amadora. No mesmo ano, sentindo-se cada vez mais atraído pela ópera – que vinha estudando por conta própria, pois Porto Alegre ainda não tinha um conservatório de música –, aceitou a proposta do cantor e libretista italiano Arturo Evangelisti para compor a partitura de uma opereta intitulada *Seliska*, da qual só foram apresentados alguns trechos. Encantado com a música do jovem compositor, Evangelisti ofereceu-lhe um novo libreto em 1901: uma ópera chamada *Sandro*, cuja partitura Murillo escreveu em menos de um ano.

A obra estreou no dia 24 de setembro de 1902, como indica o anúncio publicado no *Correio do Povo* na mesma data, tendo sido apresentada duas vezes naquela temporada.

Mesmo sem ter tido a oportunidade de estudar em um conservatório, Murillo viveu várias temporadas de óperas em Porto

Alegre. Takahama, em sua tese, relaciona todas as obras apresentadas entre 1892 e 1899, período sobre o qual teria influído na formação operística do compositor, uma vez que o *Theatro São Pedro* realizou cerca de cinquenta sessões de óperas nessa época.

O libreto de *Sandro* apresenta um fato inusitado na história que relata, pois o enredo foi concebido como uma continuação da narrativa da ópera *Cavalleria Rusticana*, de Pietro Mascagni, cujo libreto, escrito por Giovanni Targioni-Tozzetti e Guido Menasci, era baseado na novela homônima de, Giovanni Verga, editada em 1880, em pleno *verismo*.

O *verismo* (“*il vero*”, o real) foi um movimento literário e artístico inspirado no naturalismo francês e no positivismo, doutrina que defendia o relato dos fatos como são observados, sem a subjetividade do autor. O movimento também defendia o regionalismo, com seus hábitos e linguajares.

Cavalleria Rusticana – A primeira ópera escrita por Mascagni, *Cavalleria Rusticana*, em ato único, marcou a introdução do *verismo* nesse gênero de produção. Estreou em 1890, no Teatro Costanzi, de Roma, e foi encenada cinco vezes no *Theatro São Pedro*, de Porto Alegre, em 1892, 1894, 1896, 1898 e 1899. Assim, essa ópera, em que tem início a história de *Sandro*, certamente já fora vista por Murillo quando aceitou a proposta de Evangelisti.

A ação da *Cavalleria Rusticana* desenvolve-se num domingo de Páscoa, na praça de uma aldeia da Sicília, onde estão a igreja e uma taberna pertencente a Lucia (Mamma Lucia), mãe do personagem Turiddu.

Em síntese, esta ópera conta o seguinte: ao regressar a aldeia, depois do serviço militar, o camponês Turiddu descobre que sua noiva, Lola, casara com o carreteiro Alfio. Para vingar-se, decide namorar Santuzza, mas continua apaixonado pela ex-noiva, com a qual passa a se encontrar na ausência do marido. No domingo de Páscoa, a praça fica

cheia de camponeses e muitos vão à missa. Quando Turiddu e Lola chegam ao local, Lola provoca Santuzza com ironias. Essa, para vingar-se, denuncia a Alfio a relação ilícita entre sua esposa e Turiddu. Alfio, então, desafia o rival para um duelo. Turiddu aceita e é morto.

Ao término da encenação, muitos espectadores saem do teatro sentindo que falta um “arremate” na história, tese com a qual passei a concordar após ter lido o libreto de *Sandro*, cujo autor, Arturo Evangelisti, deve ter sentido o mesmo quando decidiu escrevê-lo.

Estreia elogiada – Os personagens de *Sandro* (ópera em dois atos) são os mesmos da *Cavalleria Rusticana* – exceto Turiddu, que morreu em duelo –, mas acrescidos de outros três: Sandro, irmão do falecido, que vivia em Marselha e não sabia da morte de Turiddu; Rocco, amigo de Lucia; e Michele, amigo de Sandro.

O primeiro ato mostra a vida na aldeia após a morte de Turiddu. Os habitantes voltam a reunir-se na taberna de Lucia para beber e cantar. Certo dia, ao chegar à taberna, Rocco relata que Alfio fora absolvido da morte de Turiddu e aconselha Lucia a perdô-lo. Relutante, ela aceita o conselho. Mais tarde, Lucia recebe uma carta de Sandro, na qual o jovem comunica seu retorno. Ao chegar, Sandro surpreende-se ao saber da morte do irmão.

No segundo ato, Michele – que ainda não vira Sandro – reúne alguns amigos para brindá-lo, mas Sandro não pensa em festejar. Ele deseja descobrir quem delatara Turiddu a Alfio. Lola, para vingar-se de Santuzza, conta a Sandro que esta fora a delatora. O rapaz, enfurecido, procura Santuzza, que conta a verdade e também avisa que espera um filho de Turiddu. Sandro perdoa a jovem e promete cuidar do sobrinho. Lola, ao saber das novidades, ofende Santuzza que, raivosa, a fere com um punhal. Lola cai e morre. Santuzza ajoelha e implora perdão à Virgem. Todos ajoelham-se em oração e o pano cai.

O final de *Sandro* é bem construído e bem concluído. A ópera foi recebida com “grande ovação” pelo público, conforme indica uma publicação do *Correio do Povo* destacada na tese de Takahama. Murillo Furtado foi muito aplaudido e festejado por parentes, amigos e funcionários do Tesouro do Estado, onde trabalhava, pois – a exemplo da maioria dos músicos da época – não vivia só de música.

Em 1906, ele e a esposa vão a Milão, onde ficam por dois anos. Nesse período, o compositor aprofundou seus conhecimentos sobre a linguagem operística, estudando com ótimos mestres italianos.

Em 1908, de volta a Porto Alegre, Murillo encenou mais uma vez sua ópera e, no ano seguinte, passou a integrar o corpo docente do Conservatório de Música, inaugurado em 1909 e pertencente ao Instituto de Belas Artes, o qual, anos depois, viria a ser o atual Instituto de Artes da UFRGS.

Depois de trabalhar por 23 anos no Tesouro do Estado, o artista mudou-se para o Rio de Janeiro com sua esposa, onde viveu até falecer, em 1958.

Pode-se dizer que, com a sua excelente tese, Alexandre Takahama – que digitalizou a partitura e elaborou todo um detalhado estudo da direção musical de *Sandro* – fez um resgate histórico parcial de Murillo Furtado e de sua ópera, porque o resgate histórico total só ocorrerá quando *Sandro* for reencenada no *Theatro São Pedro* de Porto Alegre. Só assim poderemos, enfim, conhecer a sua música.

* Professora aposentada do Instituto de Física da UFRGS

REPRODUÇÕES



Murillo Furtado (1873–1958) compôs Sandro, a primeira ópera de um compositor gaúcho apresentada em Porto Alegre, em setembro de 1902

► **Redação** Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



Alunos em cena

Teatro Sala Alziro Azevedo recebe a 12ª edição da mostra universitária Teatro, Pesquisa e Extensão

Neste mês, tem início a 12ª edição da Mostra Anual Universitária de Teatro: Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE). A mostra, que nesta temporada traz sete produções, nasceu da busca por um espaço para divulgar os espetáculos produzidos pelos estudantes do Departamento de Arte Dramática para as disciplinas do curso de graduação. A ideia foi, então, transformada em um projeto que tem o apoio das pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão.

A professora Inês Marocco, coordenadora do TPE, recorda com carinho o surgimento da iniciativa: “É incrível pensar que o início desse projeto foi tão por acaso. O começo foi bem difícil, pois enfrentamos obstáculos, como a falta de verbas e até de público para as apresentações. Hoje percebo que tudo isso foi um processo necessário e muito enriquecedor. Acabamos formando plateia, isto é, criando um público que gosta de teatro e reconhece a mostra como um

espaço para conhecer novos trabalhos”. Inês dá como exemplo o caso de um senhor do interior do estado. “Ele nos contou que um dia estava de passagem pela capital e viu aquele portão aberto ali na Salgado Filho [a entrada da Sala Alziro Azevedo]. Até hoje, sempre que está pelo centro da cidade, aproveita para assistir ao espetáculo que estiver em cartaz. Esse horário do meio dia e trinta acaba sendo uma opção para quem está pelo centro.”

Laboratório – A respeito da seleção das peças, Inês esclarece que os trabalhos são avaliados por uma equipe do próprio Departamento de Arte Dramática. “Para os alunos, participar do projeto é uma experiência muito revigorante e que colabora para a sua formação, já que eles fazem de tudo: trabalham na criação, produção, divulgação e apresentação. Isso inclui desde a confecção dos cenários e figurinos até a criação das

peças gráficas para divulgar as sessões.” Ela acrescenta que os espetáculos não ficam prontos nos ensaios nem na estreia, e que cada apresentação faz parte do processo de construção do espetáculo. “É um verdadeiro laboratório”, diz entusiasmada.

Carícias é a peça de estreia do TPE 2104. A montagem é baseada em um texto de Sergi Bebel, que faz uma reflexão sobre a incomunicabilidade humana. No palco, as personagens se encontram em pares, evidenciando o tipo de relação que têm uma com a outra: marido e mulher, mãe e filha, irmão e irmã. O espetáculo tem direção de Ander Belotto e traz no elenco Diogo Verardi, Filippi Mazutti, Juçara Gaspar, Juliano Rabelo, Manoel Oliveira, Matheus Melchionna, Morga Baldissera, Rita Spier, Silvana Rodrigues e Suzana Witt. As sessões, com duração de 1h15min, acontecem em todas as quartas-feiras do mês, em dois horários: 12h30min e 19h30min. Entrada franca.

CINEMA

François Truffaut: os filmes de uma vida

VIVE-SE SÓ UMA VEZ (*You only live once*, EUA, 1937, 86 min), de Fritz Lang
Sessão: 1º de abril, 16h

M, O VAMPIRO DE DUSSELDORF (*M*, Alemanha, 1931, 110 min), de Fritz Lang
Sessões: 1º de abril, 19h; 2 de abril, 16h

O HOMEM QUE QUIS MATAR HITLER (*Man Hunt*, EUA, 1941, 105 min), de Fritz Lang
Sessões: 2 de abril, 19h; 3 de abril, 16h

O GRANDE SEGREDO (*Cloak and dagger*, EUA, 1946, 106 min), de Fritz Lang
Sessões: 3 de abril, 19h; 4 de abril, 16h

O DIABO FEITO MULHER (*Rancho Notorious*, EUA, 1952, 89 min), de Fritz Lang
Sessões: 4 de abril, 19h; 7 de abril, 16h

NO SILÊNCIO DE UMA CIDADE (*While the city sleeps*, EUA, 1956, 99 min), de Fritz Lang
Sessões: 7 de abril, 19h; 8 de abril, 16h

SUPLÍCIO DE UMA ALMA (*Beyond a reasonable doubt*, EUA, 1956, 80 min), de Fritz Lang
Sessões: 8 de abril, 19h; 9 de abril, 16h

ACONTECEU NAQUELA NOITE (*It happened one night*, EUA, 1934, 105 min), de Frank Capra
Sessão: 10 de abril, 16h



O GALANTE MR. DEEDS (*Mr. Deeds goes to town*, EUA, 1936, 115 min), de Frank Capra
Sessões: 10 de abril, 19h; 11 de abril, 16h

DO MUNDO NADA SE LEVA (*You can't take it with you*, EUA, 1938, 126 min), de Frank Capra
Sessões: 11 de abril, 19h; 14 de abril, 16h

A MULHER FAZ O HOMEM (*Mr. Smith goes to Washington*, EUA, 1939, 125 min), de Frank Capra
Sessões: 14 de abril, 19h; 15 de abril, 16h



ADORÁVEL VAGABUNDO (*Meet John Doe*, EUA, 1941, 121 min), de Frank Capra
Sessões: 15 de abril, 19h; 16 de abril, 16h
A FELICIDADE NÃO SE COMPRA (*It's a wonderful life*, EUA, 1946, 132 min), de Frank Capra
Sessão: 17 de abril, 16h

SCARFACE, A VERGONHA DE UMA NAÇÃO (*Scarface*, EUA, 1932, 90 min), de Howard Hawks
Sessões: 17 de abril, 19h; 22 de abril, 16h

À BEIRA DO ABISMO (*The big sleep*, EUA, 1946, 114 min), de Howard Hawks
Sessões: 22 de abril, 19h; 23 de abril, 16h

O RIO DA AVENTURA (*The big sky*, EUA, 1952, 140 min), de Howard Hawks
Sessão: 24 de abril, 16h

OS HOMENS PREFEREM AS LOIRAS (*Gentlemen prefer blondes*, EUA, 1963, 91 min), de Howard Hawks
Sessões: 24 de abril, 19h; 25 de abril, 16h

PARAÍSO INFERNAL (*Only angels have wings*, EUA, 1939, 121 min), de Howard Hawks
Sessão: 25 de abril, 19h

RIO VERMELHO (*Red river*, EUA, 1948, 133 min), de Howard Hawks
Sessão: 28 de abril, 16h

LEVADA DA BRECA (*Bringing up baby*, EUA, 1938, 102 min), de Howard Hawks
Sessões: 28 de abril, 19h; 29 de abril, 16h

O INVENTOR DA MOCIDADE (*Monkey Business*, EUA, 1952, 97 min), de Howard Hawks
Sessões: 29 de abril, 19h; 30 de abril, 16h

TERRA DOS FARAÓS (*Land of the pharaohs*, EUA, 1955, 104 min), de Howard Hawks
Sessão: 30 de abril, 19h

Sessões Acessíveis na Sala Redenção

Exibição de filmes com recursos de acessibilidade e entrada franca.

BRÔDER (Brasil, 2010, 93 min), de Jeferson De
Sessão: 9 de abril, 19h (com AD e legenda)

EXPOSIÇÃO

Projeto Gênesis

Exposição de fotos de Sebastião Salgado.
Visitação: até 12 de maio
Local e horário: pátio do Câmpus Centro, junto à Faculdade de Educação, de segunda a sábado, das 8h às 18h
Entrada franca

Unifoto

Mostra que reúne fotos de Luiz Ricardo Rodrigues de Andrade. Conhecido como Cadinho, ele atua na Secom e tem registrado eventos que integram a história da UFRGS.
Visitação: até 30 de abril
Local e horário: saguão da reitoria, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h
Entrada franca

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

► **Praça Central do Câmpus do Vale**
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3933

► **Sala Alziro Azevedo**
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala João Fahrion**
Av. Paulo Gama, 110, 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

ESPECIAL

Conferências UFRGS

Ciclo de palestras que, neste ano, tem como tema “Passado mais que presente” e procura mostrar o quanto ações, ideias e realizações ocorridas há tempos continuam presentes no contexto da Universidade.

DONALDO SCHÜLER
Conferência com o professor, escritor e tradutor.
Data: 16 de abril
Local e horário: Sala II do Salão de Atos, 19h
Entrada franca

MÚSICA

Vale Doze e Trinta

Projeto que abre espaço para shows de novas bandas, cujos integrantes sejam ligados à UFRGS.

RONEY DAMINATO & BLUESMUSS
Show com a banda que apresenta composições próprias e covers dos grandes artistas do blues nacional. O grupo é formado por William Giovanaz Figueiró (aluno de História da UFRGS), baixo e backing vocal; Roney Daminato, guitarra e voz; Jonathan Baroni, bateria e backing vocal; e Daniel Portela, harmônica.

Data: 8 de abril
Local e horário: praça central do Câmpus do Vale, às 12h30
Entrada franca.
Em caso de chuva, o show será transferido para o dia 9, no mesmo local e horário.

Núcleo da Canção

Atividade desenvolvida em parceria entre o Departamento de Difusão Cultural e os institutos de Artes e de Letras da UFRGS, em que se discutem as contribuições da canção popular para a música brasileira.



ENCONTRO COM WALTER GARCIA
Bate-papo com o compositor e jornalista que tem produzido ensaios e estudos sobre a canção brasileira. O encontro

será mediado por Luís Augusto Fischer e Guto Leite.

Data: 24 de abril
Local e horário: Sala Fahrion, às 19h
Inscrições em www.difusaocultural.ufrgs.br

Interlúdio

Projeto que promove recitais de estudantes do curso de Música da UFRGS.

TRIO DE PIANO E CORDAS
Gabriela e Leonardo Bock (violoncelo e violino) e Celso Barrufi (pianos) interpretam composições

de Johann Sebastian Bach, Wolfgang Amadeus Mozart, Gaspar Cassadó e Eugène Ysaÿe.
Data: 25 de abril
Local e horário: Salão de Atos, às 12h30
Entrada franca

Recital de Flauta Transversal

Apresentação de Jorge Salgado Correia, flautista português que tem se destacado como músico erudito em seu país.
Data: 29 de abril
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, 19h
Entrada franca

Meu Lugar na UFRGS

A Casa

Não é a mesma coisa, mas parece. É tamanha a ênfase com que Eduardo Fernandes Dutra se refere à casa dos estudantes do Câmpus Saúde (CEUFRGS), nomeando-a sempre como A Casa, que faz lembrar a distinção que Saramago deu à sua moradia, escrevendo em uma placa na fachada: A Casa. Para ambos, tais espaços são mais que meros endereços no Google Maps, por isso merecedores de um título, e não apenas de indicações de localização: rua, número, bairro, CEP. Não é a mesma coisa, mas parece. Afinal, enquanto as memórias do escritor português perpetuam-se em sua casa na Ilha Canária de Lanzarote, a CEUFRGS está cravada em plena área central de Porto Alegre, à Rua São Manoel, 573.

Desde que ingressou no curso de Ciências Sociais, em 2010, Eduardo é um dos 40 moradores d'A Casa e é categórico ao afirmar que esse é o seu lugar na UFRGS. Confessa, no entanto, que os primeiros meses foram difíceis, pois tinha problemas para compartilhar especialmente os espaços de uso coletivo, como a cozinha: "É difícil conviver com pessoas que pensam tão diferente da gente", argumenta. Com o tempo, a dificuldade virou aprendizado, e o que antes era estranho passou a ser exercício diário do que ele chama de cultura democrática. Porém, para atingi-la, ele ressalta que é necessário aceitar esse período de transição "para começar a respeitar e dialogar com a diferença".

Cada um dos 20 quartos tem acomodações para duas pessoas, alguns poucos estão equipados com geladeira e/ou micro-ondas, embora todos os moradores acabem usando a cozinha que fica no térreo, ao final do corredor. A dieta do estudante é à base de "muito café, miojo e pipoca", brinca Eduardo ao referir-se à gastronomia estudantil d'A Casa. O corredor longo, que inicia à entrada do prédio de quatro andares, dá acesso a uma pequena sala, à lavanderia, a um pequeníssimo pátio interno e à escada. Até o final do ano passado, não havia a "sala de visitas". Quem lançou a ideia foi um morador novo, aluno

da Química. Os móveis foram surgindo, e a pintura decorativa resultou de uma festa, quando os estudantes usaram sprays coloridos nas paredes recém-pintadas de branco.

Quanto à rotina, Eduardo comenta que "A Casa está sempre acordada". Afinal de contas, com tantos alunos reunidos em um só lugar, oriundos dos mais variados cursos e estudando em diferentes horários, não poderia ser de outra forma: "Tem gente que acorda muito cedo, e têm outros que são noturnos e ocupam A Casa na madrugada". Já a sua rotina muda conforme as disciplinas que faz a cada semestre, só o que não se altera é o hábito de ir direto para a cozinha toda vez que chega da rua: "Nem que seja pra dar um oi! Depois vou pro meu quarto". Ele reconhece, entretanto, que nem todos desenvolveram uma relação tão próxima com a coletividade, preferindo ficar mais em seus quartos.

Mesmo assim, afirma que "A Casa é muito importante não só pra mim, mas para todos os moradores. Pra todo mundo que consegue acessar esse direito de residir em uma moradia estudantil". Privilégio que acaba repercutindo positivamente no desempenho nos estudos. Eduardo comenta que ele mesmo teria de trabalhar oito horas por dia e estudar à noite, caso não tivesse conseguido a vaga na CEUFRGS: "Assim, tenho mais tempo pra me dedicar aos estudos", acrescenta. Benefício que, defende, deveria ser estendido a um grupo maior de estudantes, particularmente a partir da implantação das novas políticas de acesso à universidade. Cita como exemplo a seleção realizada no ano passado, na qual havia 25 candidatos para quatro vagas: "Se não todos, a maioria precisava. A gente vem se preocupando muito com isso [aumento de demanda] como Casa", solidariza-se.

Jacira Cabral da Silveira

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

Compor pra ser feliz

Vocação

Eloy Fritsch, professor de Música, tem seus dias voltados para a criação

Jacira Cabral da Silveira

Nas horas de folga, Eloy Fernando Fritsch catalogava os discos da Rádio Caxias, na serra gaúcha, onde nasceu, em 1.º de março de 1968. Enquanto ouvia os vinis, passando por todos os gêneros musicais, ia selecionando mentalmente suas preferências. Entre as referências sonoras daquela época, recorda as trilhas de filmes, especialmente as de música eletrônica e ficção científica, como as composições de John Williams e de Jerry Goldsmith. Trajetória que o levaria anos mais tarde a transformar-se em professor do departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS, onde ingressou, em 1999.

Mas o convívio com a música não se restringia à rádio. O pai de Eloy e Rui, que batizara o primogênito com o seu nome, mantinha uma oficina de som no apartamento em que moravam, no centro de Caxias do Sul, juntamente com a esposa, Odete. Como técnico responsável pela implantação da rádio e de toda a rede de Emissoras Associadas, seu Eloy não limitava seu ofício ao ambiente de trabalho, assim os gurus desde muito cedo aprenderam a ouvir e a gostar de música.

O fato de ter começado a trabalhar ainda menino, estimulado pelos pais, não o desobrigava de dedicar-se aos estudos, outra recomendação familiar. Era inclusive o melhor aluno da turma, tendo sido diplomado com essa distinção. Com o falecimento do pai, dois anos depois de ele ter começado a trabalhar como office-boy na rádio, Eloy percebeu como foi importante já estar acostumado a esse tipo de responsabilidade. Dona Odete,

durante uma época, havia se dedicado à pintura e também ao ensino: "Desde o momento em que meu pai faleceu, o objetivo da minha mãe passou a ser que os filhos tivessem sucesso na vida e que fossem felizes".

Rock progressivo – O apartamento pequeno nunca foi problema, assegura Eloy, e diz mesmo ter sido um fator importante para aproximar a família. Cumplicidade que se faria sentir no duplo interesse pela música. Rui, o caçula, tem uma produtora de vídeo em Caxias do Sul e participa com o irmão do grupo Apocalypse, criado em 1983 por Eloy e amigos do Colégio Nossa Senhora do Carmo, que resolveram participar do Festival da Canção do Estudante. "É um nome que contesta, de certo modo, a sociedade carola de Caxias. Uma banda de rock com esse nome não é um grupo gospel", argumenta.

Diferente de outros grupos locais, o Apocalypse, desde o início, dedicou-se a um trabalho mais autoral. "A gente buscava primeiro desenvolver uma música própria. Isso foi bem positivo naquela época, porque eu já tinha bons professores de música." Segundo Eloy, a banda queria fugir de vertentes como a do punk rock, que se contentava com apenas três acordes e música gritada: "Eu queria fazer algo mais elaborado, mais próximo da música erudita", explica. Chegaram a criar uma apresentação no estilo das grandes bandas de rock progressivo, como o Yes e o Genesis: "Foi na década de 1980, nós nos apresentamos num palco de teatro vestidos de macacão, com duas baterias e um teclado no centro", relembra sorrindo.

Música eletroacústica – Além da cena cultural de Caxias já não satisfazer seus anseios, Eloy planejava acompanhar a namorada, que mudara para a capital. Como desejava continuar seus estudos, resolveu concorrer a uma vaga no Mestrado em Ciência da Computação na UFRGS. Aprovado, seguiu estudando e chegou ao doutorado. É nessa época que começa a conviver com profissionais da área, como o maestro Antônio Carlos Borges-Cunha,

seu coorientador de doutorado. É com ele que Eloy passa a trabalhar outro tipo de composição, a música eletroacústica: "Até então, não tinha desenvolvido nenhum interesse por esse tipo de trabalho", admite.

Eloy começou a carreira docente universitária na rede privada de ensino. Hoje em dia, ministra as disciplinas de Música Eletroacústica e Computação Musical, no Instituto de Artes. Recentemente, foi convidado a integrar o grupo de professores do Curso de Música Popular, no qual ministrará as disciplinas de Prática em Conjunto e de Produção Fonográfica. Considera prazerosa a oportunidade de compartilhar os conhecimentos que construiu ao longo dos anos: "São pessoas que vão valorizar esses conhecimentos e utilizá-los em suas vidas", observa.

Espaço para criar – Depois do dia cheio na Universidade, é hora de rumar para o bairro Ipanema, na zona sul de Porto Alegre, onde Eloy e Lauren moram com a filha Débora, de 11 anos, e os filhos Ricardo, de 9, e Filipe, de 7 anos. Assim como a música, a família é muito importante na vida do músico-professor, que pretende passar a sua prole o que aprendeu em casa, ainda que reconheça que os tempos são outros. Quando decidiram se casar, já sabiam que ele precisaria ter um espaço só seu, onde pudesse estudar e compor. Por isso, desde pequenos, seus filhos sabem que o papai tem de estudar e não pode ser perturbado nesses momentos. Pedido que nunca foi difícil de ser atendido, pois os três são grandes admiradores do pai e sempre estão na plateia assistindo-o tocar, ou acompanhando as gravações de CDs.

De aparência muito jovem e fala tranquila, Eloy, que é conhecido por muitos como a figura eloquente atrás dos inúmeros teclados e em meio a performances sonoras, é reflexivo quando fala de tudo aquilo que envolve seu dia a dia: "Sou uma pessoa que precisa estar sempre criando, senão fico infeliz. Se passar algum ano da minha vida em que não consiga compor, não estarei realizando aquilo que eu acho que nasci para fazer".



Ribeirinhas, as casas de Paquetá são erguidas para escapar das enchentes. Na parte de baixo, caíques são guardados como meio de transporte para o inverno



Na minha idealização, Paquetá sempre se relacionou a uma ilha paradisíaca, na costa do Rio de Janeiro, provavelmente na baía de Guanabara. Até que, liberado do congestionado trânsito da BR 116 nas jornadas diárias ao Vale do Sinos pela Rodovia do Parque, comecei a cruzar com uma curiosa placa de estrada que apontava para um atalho imaginário. A indicação, com símbolos sugerindo um balneário (água e um guarda-sol), me encheu de dúvidas. Como assim, “praia”? Parte do estranhamento (bobo!) deve vir do fato de eu ter crescido e de viver até hoje na zona norte de Porto Alegre. O Guaíba e seu litoral associado sempre foram elementos ocasionais para mim: algumas idas às praias de Florida e Alegria, quando menino, a descoberta adolescente do entardecer na orla, a frustração pelo muro (feio!) e pelo cais pouco aproveitado, mais tarde. A vida cotidiana, mesmo, transcorreu voltada para o outro lado, para leste (que perda!). Pois resolvi ir a Paquetá. A matéria central desta edição do JU foi o motivo que faltava. Queríamos ver como a estrada que tanto ajuda o onipresente trânsito impactou a vida das pessoas que vivem e viviam na região antes de sua construção. A área, os fundos de Canoas, mudou bastante. Ganhou acessos e visibilidade, mas também alguns incômodos. Perdeu o ar interiorano e certa tranquilidade. As carroças, meio de transporte de muitos moradores, não podem mais transitar (são proibidas na BR 448), a violência aumentou (sensivelmente, segundo dona Mosa, que mora há mais de 20 anos no local) e a comunidade dividiu-se (uma parte da vila ficou do outro lado da estrada). Ainda assim, Paquetá é um balneário cheio de vida. Nos domingos, os bares lotam, a música roda e os bailes se enchem de gente. A água é poluída (na confluência dos rios Sinos e Jacuí), mas a vista de Porto Alegre é belíssima. Não conheço a Paquetá carioca. Talvez ela seja tão ou mais paradisíaca do que minha imaginação fantástica. O adjetivo certamente não cabe para a Paquetá de Canoas. Ainda assim, para quem ali vive ou para quem ali vai se divertir de vez em quando, certamente é um lugar que merece um pouco mais de atenção e de cuidado.

Paquetá

TEXTO E FOTOS **FLÁVIO DUTRA**



A rodovia ao redor

A construção da BR-448 realocou centenas de famílias e revelou lugares pouco conhecidos. As histórias que aqui contamos registram as mudanças na vida das pessoas e na região.

TEXTO SAMANTHA KLEIN

FOTOS FLÁVIO DUTRA

Se os ruídos podem influenciar o comportamento humano, como retrata o filme pernambucano *O Som ao Redor* (2012), a construção de uma rodovia transforma a vida das centenas de pessoas que moram às margens da obra que inicia. Não são apenas as betoneiras, retroscavadeiras e caminhões-caçamba a mudar a paisagem acústica de um lugar. As máquinas derrubando barracos de madeira talvez criem os sons mais perturbadores, mas também pressagiam grandes transformações.

A construção da estrada de 22 km entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul provocou a remoção de 600 famílias que viviam em áreas de invasão nos vários diques ao redor do que viria a ser a BR-448, inaugurada em dezembro. Antes invisíveis, essas comunidades foram reveladas e uma solução para sua remoção precisou ser criada. A sinfonia de máquinas na construção da estrada abriu caminhos, mas também apresentou problemas e soluções para os moradores.

A estrada trouxe à tona destinos, pessoas e paisagens antes ocultos. Apelidada de Rodovia

do Parque por passar atrás do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, o nome também faz referência ao Parque Estadual do Delta do Jacuí. Por atravessar uma região extremamente frágil – o Delta do Jacuí – a estrada foi concebida por equipes de engenheiros, contratados para pensar uma obra que não afetasse o meio ambiente protegido pela legislação estadual.

Em meio a um misto de urbano e rural, a estrada cortou áreas de plantação, comunidades consolidadas e uma Área de Preservação Permanente (APP). Para que o projeto fosse colocado em prática, 4,5 km foram erguidos sobre pontes, viadutos, elevadas e um vão estaiado. Três túneis também foram implantados para permitir, em parte, a circulação da rica fauna da região de banhado.

A BR-448 demorou mais tempo que o previsto para ser inaugurada. Dos 30 meses do projeto original, a obra – estratégica para reduzir os congestionamentos da BR-116 – foi entregue após quatro anos. A rodovia, que custou mais de R\$ 1 bilhão, cortou comunidades inteiras, em especial no município de Canoas.

Destinos revelados

A placa indicativa “Acesso à Praia do Paquetá a 100 m” é o que menos incomoda Mosa. Aliás, como proprietária de um bar, novos turistas sempre são bem-vindos. Moradora do belo – mas poluído – balneário às margens do Rio dos Sinos há 21 anos, Elaine Regina de Souza Carvalho, conhecida por Mosa, diz que a praia mudou muito nos últimos tempos, porém para pior. A Rodovia do Parque trouxe insegurança, segundo a comerciante. “A BR-448 nos obriga a passar por ali, não temos alternativa. Os assaltos aumentaram muito, as mulheres não podem mais andar sozinhas à noite, não podemos mandar uma criança buscar alguma coisa nas proximidades da estrada. Além disso, no final de semana, as pessoas saem bêbadas daqui e provocam acidentes logo na chegada à autoestrada”, lamenta a ex-pescadora.

A Praia do Paquetá, nas proximidades do bairro Mato Grande, em Canoas, já foi propriedade particular entre o final do século XIX e o início do XX. Com o passar do tempo, os herdeiros foram vendendo pedaços de terra e hoje os moradores, que formaram uma vila de pescadores nas últimas seis décadas, não têm escrituras oficiais de propriedade. Ao longo dos anos, o reduto de pescadores tem perdido cada vez mais em número de pessoas que vivem da comercialização de pescado. A poluição crescente do Rio dos Sinos, por conta do esgoto das cidades da região e dos resíduos de produtos químicos de indústrias, ainda lançados na bacia hidrográfica que vai desaguar no Delta do Jacuí, é o principal fator para a diminuição dos peixes.

A praia talvez seja mais conhecida por conta dos resgates realizados pela Defesa Civil, principalmente no inverno, época de cheia do rio. Os meses de junho, julho, agosto e, eventualmente, setembro, geralmente são um martírio para os moradores da vila. As casas estão sobre palafitas, que cobrem os barcos comumente utilizados nesse período. “Estamos acostumados com a rotina de usar o ‘caíco’. Busco as compras de fornecedores na entrada da praia quando está tudo alagado. Muitas vezes, em outubro ainda estamos limpando o barro deixado nas ruas e pátios depois de uma enchente. O lodo é pior que a água. Porém, como a rodovia cortou a Praia do Paquetá, acho que as próximas enchentes serão ainda mais intensas”, prevê Mosa.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) nega que a região vá ficar mais propícia aos alagamentos, mas uma parcela dos pescadores ficou isolada por causa da rodovia. A Praia do Paquetá foi cortada pela estrada e alguns moradores se recusaram a sair do local, pois não aceitaram a indenização oferecida.

Futuro incerto

O município de Canoas pretendia ser uma base de treino para uma das seleções que, em dois meses, estarão no Brasil para disputar o Mundial. Esse foi o mote para repensar a Praia do Paquetá, muito antes de a Rodovia do Parque ficar pronta. A ideia era transformar a comunidade em uma atração turística sem prejudicar a preservação do Parque Estadual do Delta do Jacuí.

A partir disso, um projeto de ecoturismo foi elaborado pela Universidade. O convênio envolveria diversas áreas, da Arquitetura à Biologia. O plano previu a manutenção das famílias de pescadores que viviam no local com a preservação do tipo de residência construída sobre palafitas. Já a área inundável serviria como estacionamento e ciclovia, sem prejudicar o rápido deslocamento em casos de cheia do rio.

Como mostram as placas às margens do Rio dos Sinos, o Paquetá não é balneável, mas existem soluções para o aproveitamento do local como um balneário, segundo o arquiteto e coordenador do projeto Éber Marzulo. “A nossa proposta era utilizar um tipo de embarcação, as chatas (usadas para retirada da areia) e transformar em piscinas públicas. Isso porque a prainha não tem apenas o problema da água contaminada, mas também a falta de um solo de praia. Inicialmente, pensamos em fazer algo como o Piscinão de Ramos, em que um braço do rio poderia ser cercado, com o consequente tratamento da água. O custo é alto,

mas viável. No entanto, não se tem solo para isso”, destaca o coordenador.

Já em outra área mais distante da Praia do Paquetá, no outro lado da estrada e mais próxima do limite urbano, o objetivo é construir um centro de eventos e um hotel para atrair o turismo de negócios. Além disso, o local de transição entre a rodovia e o equipamento arquitetônico poderia abrigar um corredor ecológico de produção de hortifrutigranjeiros. “A preocupação é garantir a qualidade ambiental por meio do uso racional da área. Essa ideia é oposta ao esvaziamento das regiões de preservação ambiental que, por estarem vazias, acabam atraindo moradores em vulnerabilidade social. A meta é evitar esse caráter de abandono”, sublinha Éber.

Desde a consolidação do conceito e do projeto de construir a BR-448, ainda no final dos anos 90, os moradores convivem com a possibilidade de sair do Paquetá. No entanto, esse não é o objetivo da maioria dos habitantes da vila de pescadores. As famílias não estão contentes com a indefinição sobre o seu futuro. Conforme Mosa, o principal incômodo consiste na falta de informações sobre o que será feito no local. “O pessoal da Prefeitura já se reuniu muitas vezes conosco, dizem que haverá uma grande mudança aqui, mas não dizem qual. Não sabemos se querem nos retirar das casas, mas o fato é que estamos proibidos de fazer qualquer obra ou reforma nas nossas residências”, destaca.

A Secretaria do Desenvolvimento de Canoas explica que existe a possibilidade de execução do projeto de ecoturismo respeitando a manutenção das famílias, mas ainda não garante qualquer prazo para a realização das obras. O projeto elaborado pela UFRGS foi entregue ainda no primeiro semestre de 2013.

Natureza ocupada

Do alto da ponte estaiada na chegada ao bairro Humaitá, na capital, além de uma bela panorâmica da Arena do Grêmio, o Delta do Jacuí se destaca nas águas do Lago Guaíba. Anterior à obra, a área somente era avistada por aqueles que tinham a oportunidade de navegar em botes ou navios cargueiros. A BR-448 proporcionou a vista da área de preservação ambiental em uma região densamente povoada e, conseqüentemente, muito frágil em termos ambientais.

O Delta passou a ser protegido pela criação do Parque Estadual do Delta do Jacuí, em 1976, e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Jacuí, lei de 2006, que colocou o Parque no sistema de unidades de conservação do Estado. A APA determina a abrangência de preservação, que chega a 22 mil hectares entre os municípios de Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Charqueadas. Dezesseis ilhas formam o Delta, além de banhados, pântanos e canais.

A estrada foi construída sem aterramento na chegada à Porto Alegre porque os órgãos ambientais não liberariam qualquer intervenção. Por isso, o esforço de engenharia para colocar estruturas de ferro e concreto em uma área alagada. Apesar da redução do impacto ambiental, ainda há fatores que revelam a presença do homem no ambiente, conforme o professor de Ecologia da UFRGS Albano Schwarzbold. “Houve um estaqueamento no local, há luzes à noite, o que também interfere no habitat da fauna. No entanto, por enquanto inexistente a possibilidade de aumento das ocupações irregulares de famílias na região porque não houve modificação nos aterros. As pessoas não têm como ficar na área da ponte”, observa.

Apesar de a ocupação estar relativamente controlada, o Parque Estadual tem moradores às margens da BR-290, em direção ao município de Eldorado do Sul. O ecólogo lembra que as casas permanecem em canais e ilhas, como é o caso de residências de luxo. “O pessoal que tem lanchas ocupando uma extensa área também deveria sair do local para preservar um ambiente complexo e frágil. Somente os pobres saíram da região por causa estrada, mas os ricos ficaram. O Parque Estadual do Delta do Jacuí foi criado por lei, mas as ocupações já existiam”, critica.



No meio do o vidas e o



Na foto de cima, Sérgio Monteiro e a família que estão instalados há três meses. Elaine Regina de Souza Carvalho, conhecida por Mosa, reside na comunidade.



encaminhado, destinos



...eses na casa própria no condomínio Minha Terra I
...de da Praia do Paquetá e diz que o lugar mudou para pior

Esperança renovada

Desde que o casal Sandra e Sérgio deixou Santana do Livramento, há sete anos, muitas foram as agruras e mudanças. Mudanças de terra, de casa, de vida. Sair de uma cidade na Fronteira Oeste do estado, local de onde têm orgulho de terem nascido, não foi uma decisão fácil, mas que resultou da inexistência de opções de trabalho. Com o passar dos anos, vieram dificuldades e as alegrias que são sintetizadas no sorriso largo do caçula Gabriel, ainda bebê. Porém, a transformação mais significativa resulta de uma escolha que não dependeu deles: a rodovia.

O começo da nova trajetória em Canoas foi duro: noites frias em residências simples de madeira, às margens do Dique Fátima, e a tarefa da coleta de materiais para reciclagem foram as etapas mais complicadas. “Lembro do vento gelado que entrava em cada fresta da casa, dos mosquitos enormes e da falta de banheiro e de esgoto tratado. Era uma vida muito difícil, que não desejo para ninguém”, sublinha Sandra da Silva ao mostrar a casa com dois pequenos quartos, banheiro e cozinha no condomínio Minha Terra I.

Com a desapropriação da residência pela qual haviam pago R\$ 1 mil, surgiu a possibilidade real de ter uma casa própria. Além de obter uma moradia, o endereço e a caixinha amarela de correspondências colada à cerca foram a grande transformação. “A gente se sente muito bem em ter uma casa digna para nossos filhos, porque vivíamos esquecidos. Não podíamos ter crédito em uma loja por não ter comprovante de residência e, para conseguir um trabalho, era necessário apresentar o endereço de um conhecido. Receber correspondências, mesmo que sejam contas a pagar, é muito importante”, destaca Sérgio Monteiro.

Desapropriações

A retirada dos moradores de Canoas veio após um longo processo de preparação. O Consórcio Gerenciador da BR-448 contratou equipes que trabalharam a ideia da desapropriação junto às comunidades que viviam nos cinco diques que margeiam a rodovia. São 599 famílias, muitas delas residindo há décadas na região, e que precisaram sair das residências precárias em função das obras. Poucas conseguiram ser encaminhadas a programas de habitação popular imediatamente. Assim, a solução foi construir a Vila de Passagem próximo ao canteiro de obras da estrada, no bairro Mato Grande, em Canoas.

“O objetivo era encaminhar as pessoas para residências definitivas simultaneamente à saída do dique. Porém, a data do início das obras foi se aproximando e não havia casas prontas para todos. Por isso, a alternativa foi a Vila de Passagem. O local foi uma experiência muito positiva porque as pessoas tiveram o primeiro contato com água encanada, chuveiro e luz, que não fosse através de gato”, destaca a engenheira da Gestão Ambiental da BR-448, Letícia Frantz.

A vila foi concebida para ser realmente de passagem, mas, quatro meses após a entrega da rodovia, mais de 200 famílias ainda vivem no local. A expectativa pela saída das casas provisórias causa ainda mais ansiedade em decorrência dos prazos elásticos. Alguns moradores chegaram a ser comunicados de que poderiam se mudar para as casas definitivas, mas tiveram que retornar devido a problemas na instalação da rede de energia elétrica de um dos condomínios.

Ademir Reinaldo Silva foi contemplado com um apartamento no conjunto Morada Cidadã recentemente. Antes disso, desde setembro do ano passado, todo mês ele era informado sobre uma nova data de alocação na moradia definitiva. “As peças da Vila de Passagem são muito pequenas, mas ainda é muito melhor ter morado lá porque existem mais condições de infraestrutura. O banheiro decente é mais importante. Mas essa é minha opinião, sem dúvida há muitas pessoas que vão dizer que preferiam ter ficado nas vilas do dique. Aqui

existem regras de convivência e lá era cheio de animais em toda parte. Podemos viver um pouco melhor neste lugar, com um pouco de limpeza. Agora estou me acostumando à casa nova, me habituando a ter um lugar meu”, ressalta o vigilante aposentado devido à perda da visão em um dos olhos.

Diabético, Ademir lida bem com a enfermidade e não se queixa do problema que o forçou a parar de trabalhar há dois anos. Apenas está apreensivo em relação à convivência no novo endereço, mas garante que qualquer problema pode ser superado com melhores condições de moradia. Na Vila de Passagem, houve casos de conflitos, especialmente por conta do uso de drogas, mas também pelo fato de muitos moradores serem catadores e possuírem muitos cavalos. Para as famílias que vivem desse ofício foram concedidas casas, mas não há espaço para todos os animais. Por isso, a prefeitura de Canoas fez um cadastro para controlar o “aparecimento” de mais cavalos e cachorros.

Para minimizar os possíveis problemas de convívio, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a prefeitura e os consórcios vencedores para construir a estrada buscaram a aproximação com as famílias.

Adaptação

Uma garotinha magra e sorridente aparece todas as manhãs na Vila de Passagem, onde está a equipe social da consultoria contratada para realizar o acompanhamento das famílias removidas dos diques de Canoas. Ela aprendeu a escovar os dentes depois que as monitoras iniciaram o trabalho social e agora gosta de exibi-los. A menina tem sete anos, mas não foi matriculada na escola, ainda que isso pudesse representar para a família o benefício do Bolsa Família.

“O trabalho de conscientização sobre noções de higiene e direitos sociais é um passo a ser superado a cada dia. Não pretendemos transformar a vida dos moradores, mas ajudá-los de alguma forma a se adaptar a uma nova comunidade com regras de convivência. Aqui eles ainda não se identificam, pois estão com o olhar sobre os barracos onde viveram durante anos”, destaca a socióloga Vera Corazza.

Por lei, 3% do valor de uma obra deve ser destinado para trabalhos ambientais e sociais. Além do programa de habitação, permanece na Vila de Passagem uma equipe multidisciplinar definida com o propósito de habituar as famílias à ideia de ter uma residência – em muitos casos, pela primeira vez com saneamento básico. Oficinas de lazer e capacitação são realizadas para apresentar oportunidades de renda e, principalmente, para criar o sentido de coletividade.

As famílias que habitavam às margens do dique, nas proximidades da rodovia, estavam acostumadas a viver sem condições mínimas de higiene. Boa parte dos moradores tem como ofício a reciclagem de resíduos e, no entorno das antigas casas, mantinha animais, como cavalos e cachorros. Na opinião de Vera, a preparação para morar em um condomínio é a etapa mais complicada: “As pessoas estavam acostumadas a descartar materiais ao lado de casa, a não ter banheiro e utilizar latas para isso. A consciência de higiene é muito diferente de quem sempre morou em uma casa tradicional com recursos”, ressalta a coordenadora do trabalho social Vila de Passagem.

A questão da identidade e das raízes no local onde vivem é um ponto fundamental para a mudança de lar. As pessoas que ainda estão na Vila de Passagem não se identificam como pertencentes àquele lugar, justamente por causa do caráter transitório, como destaca a socióloga. “Eles são desenraizados, esse não é o lugar onde cresceram ou viram os filhos crescerem. Por outro lado, ganham uma casa, mas acham que a prefeitura precisa resolver todos os problemas, fazer tudo, mas não pode ser assim. É necessário encontrar um ponto de identificação, algo construído paulatinamente. Eles não se reconhecem na Vila de Passagem e demoram a enxergar o novo endereço como seu depois de tanto tempo”.

Desafios de engenharia

O planejamento de uma grande obra viária exige projetos organizados de forma a minimizar os possíveis problemas que possam surgir após a conclusão. Já uma construção em Área de Preservação Ambiental (APA) requer cuidados triplicados. No caso da Rodovia do Parque, os órgãos ambientais proibiram o aterramento do Delta do Jacuí na entrada do bairro Humaitá em Porto Alegre.

Após anos de projeções para diminuir os problemas logísticos da BR-116, em função dos congestionamentos cotidianos, na década de 90, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) planejou a rodovia. Sem recursos, o projeto foi arquivado. No entanto, o governo federal resolveu assumir a responsabilidade em 2006. A Região Metropolitana, que é o terceiro maior polo industrial do país, concentrando 40% do PIB do Rio Grande do Sul, precisava de uma solução logística, reconhecidamente passageira em função do crescimento da indústria automobilística. A despeito dos eventuais entraves ambientais, a estrada passou a fazer parte do Sistema Nacional de Viação por decreto e deveria ser criada, mesmo que sem um prazo certo.

“A BR-116 sabidamente é um gargalo, portanto, não se podia esperar muito tempo para fazer novos projetos. O consórcio Coplan-Magnum foi contratado em 2006 para fazer o projeto básico e executivo que apresentava a viabilidade da rodovia. A obra foi contratada com base no planejamento básico, já que o plano completo não estava concluído e não havia tempo político para esperar mais. A projetista o concluiu alguns meses depois do início da construção, mas deu suporte durante a execução. Isso justifica o aditivo à obra”, explica o engenheiro coordenador da construção da estrada,

Adalberto Schen, em relação ao custo, que de R\$ 900 milhões foi aumentado para R\$ 1,1 bilhão.

Quando os trabalhos começaram, em setembro de 2009, o prazo de entrega foi estipulado em 30 meses. Essa data foi prorrogada em função de entraves burocráticos e organizativos. Os engenheiros responsáveis pela construção acreditam que o atraso não foi tão grande, se considerada a complexidade da obra. “A região por onde foi traçada a rodovia é de banhados com profundidades variáveis. O DNIT precisou tomar diversas medidas para reduzir o problema, conforme os pontos por onde a estrada passou. A área mais complicada foi a da ponte estaiada, onde foram necessários pelo menos dois anos para chegar a uma boa solução”, destaca o engenheiro Armindo Borstman.

A ponte estaiada no Delta do Jacuí foi a etapa mais longa por causa das soluções de engenharia que foram tomadas na área do parque. Em função da proibição de aterramento, a alternativa foi a retirada de água da parte mais encharcada para a fixação das grandes vigas de concreto que sedimentam a elevada. Em toda a área da construção, o adensamento do solo foi acelerado.

“Um problema comum é o adensamento ou afundamento do solo com o tempo. Por isso, foi necessário criar ambientes para que a água fosse expulsa horizontalmente. A água sobe e um colchão de areia é feito por cima para que ela saia pelos lados. É necessário colocar uma alta carga de peso para que a adequação do solo não demore muito tempo. Essa técnica foi utilizada em quase toda a extensão”, complementa Borstman. Mesmo com os cuidados, em alguns pontos, o DNIT precisou resolver o problema de desnivelamento nas elevadas em função da acomodação do solo pantanoso.

A estrada não terminou

A continuidade da Rodovia do Parque até o município de Estância Velha é aguardada com ansiedade pelas prefeituras da região. O DNIT tem uma sugestão de traçado no qual o encontro com a BR-116 se dará entre Estância Velha e Ivoti, onde um grande trevo poderá ser construído. A expectativa é lançar o edital de licitação ainda no primeiro semestre deste ano, justamente por ser uma obra prioritária do governo federal. Contudo, os engenheiros envolvidos no projeto acham difícil cumprir o prazo. “Os consultores do estudo de viabilidade

técnica e ambiental (EVTA) dizem que será preciso pelo menos um ano para entregar o traçado”, ressalta Adalberto Schen. Não haverá necessidade de remover muitas famílias, como ocorreu no início da construção da BR-448, mas há terras a serem desapropriadas. Já existe um desenho definido, porém poucos sabem qual é, por segurança e para evitar a especulação imobiliária. “O que já tivemos de gente procurando o DNIT para saber por onde passará o próximo trecho da estrada para comprar terrenos, não é brincadeira”, diverte-se.

Danos minimizados

O impacto ambiental do acúmulo de resíduos da demolição das casas do dique e da própria construção da rodovia foi mitigado com a opção de descarte tomada pela Gestão Ambiental da BR-448. Quarenta e sete toneladas de lixo foram enterradas em células de confinamento entre o aterro da rodovia e o dique. Drenos foram colocados nas estruturas para controlar qualquer emissão de gases dos produtos. “Imagina o impacto de encher dezenas de caçambas com lixo e trafegar 80 km até o aterro de Minas do Leão? Um estudo mostrou que o impacto seria bem menor ao fazer essas células, que são monitoradas mensalmente. Comprovou-se que o material estava inerte e emite poucos gases”, sustenta a engenheira Letícia Frantz. Já os resíduos especiais, além de pneus, foram destinados para aterros específicos. A limpeza da área por onde passou a rodovia também resultou em um banco de sementes nas margens da estrada, no km 8, em Canoas. “O objetivo foi manter parcela da vegetação, ao invés de simplesmente descartar todo o material vegetal”, destaca Letícia.



Inaugurada em dezembro, a nova rodovia atravessa uma região caracterizada por banhados de profundidades variáveis, o que exigiu complexas soluções de engenharia